

Sumário

Número de notícias: 40 | Número de veículos: 28

O ESTADO DE S. PAULO - CAPA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Bets chinesas pagam laranjas para atuar no mercado brasileiro 4

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

"Bets chinesas" usam "laranjas" para entrar em lista oficial do governo 5

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita impede exclusão do ICMS-ST de cálculo do PIS/Cofins 6

O DOCUMENTO - CUIABÁ - MT - OPINIÃO
ANFIP

VICTOR MAIZMAN - Injustiça fiscal 8

O ESTADO DE S. PAULO - E-INVESTIDOR
SEGURIDADE SOCIAL

Envelhecimento e longevidade - ANTONIO PENTEADO MENDONÇA 9

O LIBERAL - BELÉM - PA - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

FUNDOS - APOSENTADOS 10

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Lula e Haddad terão nova reunião para discutir aposentadoria de militares 12

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - RADAR
SEGURIDADE SOCIAL

Governo passa a permitir antecipação de valores 14

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - RIO DE JANEIRO
SEGURIDADE SOCIAL

Acumulo de aposentadorias: direitos e requisitos - NO O DIA 15

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Como ficará a dedução dos gastos com saúde após as mudanças no Imposto de Renda? 16

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Saiba como corrigir erros no cadastro da aposentadoria do INSS 19

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
SEGURIDADE SOCIAL

13º salário: minha empresa não pagou benefício. E agora? 21

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Décimo terceiro salário: não recebeu a primeira parcela? Saiba o que fazer 23

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Não recebeu a primeira parcela do 13º salário? Veja quais medidas tomar 25

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Isenção no IR para quem ganha até R\$ 5.000: o que muda no meu salário e quando começa a valer?

.....	26
PORTAL UOL SEGURIDADE SOCIAL	
Como ficará a dedução dos gastos com saúde após as mudanças no Imposto de Renda? (Imposto de Renda)	28
PORTAL UOL SEGURIDADE SOCIAL	
Saiba como corrigir erros no cadastro da aposentadoria do INSS (inss)	30
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA	
BC espera o mercado digerir o pacote fiscal - ALEX RIBEIRO	32
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS REFORMA TRIBUTÁRIA	
O novo patamar do câmbio (Editorial)	34
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma da renda rumo para hibernação após reação de líderes	35
VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL REFORMA TRIBUTÁRIA	
"Congresso vai discutir e votar medidas ainda neste ano", diz Padilha	36
O LIBERAL - BELÉM - PA - CIDADES REFORMA TRIBUTÁRIA	
Governo federal comete engano em publicidade	39
JORNAL DO DIA - ARACAJU - SE - GERAL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Após alta do dólar, Pacheco condiciona isenção do IR à situação fiscal	40
O GLOBO ONLINE - RJ - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA	
PEC das Praias volta à pauta do Senado, mas deve dividir atenções com a Reforma Tributária; veja perguntas e respostas	41
PORTAL UOL - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Pacote da Fazenda é bom, mas não resolve desequilíbrio fiscal	44
VALOR ONLINE - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
'Congresso vai discutir e votar medidas ainda neste ano', diz Padilha	46
VALOR ONLINE - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma da renda rumo para hibernação após reação de líderes	49
VALOR ONLINE - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA	
BC espera o mercado digerir o pacote fiscal	50
O ESTADO DE S. PAULO - E-INVESTIDOR TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Estratégias para aplicar o 13º salário em fundos de previdência privada	52

O GLOBO - RJ - MUNDO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Biden indulta filho em casos de evasão fiscal e compra de armas.....54

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Crescimento disseminado da economia não deve se repetir em 2025.....56

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

Governo rejeita fazer mais concessões em orçamento francês.....59

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Frustração com pacote fiscal exige mais ação do BC (Editorial).....60

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Frustração com fiscal abre nova janela para piora no mercado.....62

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

PIB cresce em 2024, mas começa a perder ritmo.....64

O ESTADO DE S. PAULO - E-INVESTIDOR
ECONOMIA

"Não é hora de tomar risco, inclusive na renda fixa".....66

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Déficit "real" de R\$ 64 bi em 2024.....68

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Aposta é que PIB do 3º tri terá desaceleração moderada.....70

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Nomes para o BC ajudam desanuviar cenário de ruptura.....72

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Como montar uma carteira de investimentos? Consultório financeiro - CONSULTÓRIO
FINANCEIRO

.....74

Bets chinesas pagam laranjas para atuar no mercado brasileiro

BETS: UMA APOSTA DE RISCO __ B1 e B2

Empresas de fachada abertas em nome de laranjas brasileiros e de pessoas que tiveram suas identidades apropriadas irregularmente estão sendo usadas por bets chinesas para criar cassinos virtuais irregulares.

Dos 183 pedidos de cadastros de casas de apostas no Sistema de Gestão de Apostas (Sigap), 33 foram registrados dessa maneira, informa Vinícius Valfré. O esquema coloca na internet sites que oferecem jogos sem regras claras sobre as apostas, ensinam influenciadores a enganar novos apostadores e movimentam quantidade desconhecida de recursos por meio de empresas suspeitas. Para atrair apostadores, os sites exibem protocolos obtidos na **Receita Federal** e no Ministério da Fazenda, mesmo antes de receberem autorização para operar.

A Fazenda afirma que a análise dos pedidos de autorização feita pela Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA) será capaz de detectar as fraudes e que os casos serão encaminhados ao Ministério Público e à polícia.

__ B1 e B2

Sem saber que tiveram nome e CPF usados, elas têm sido procuradas por apostadores que, também vítimas do golpe, ficaram sem receber prêmios

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"Bets chinesas" usam "laranjas" para entrar em lista oficial do governo

VINÍCIUS VALFRÉ BRASÍLIA

Um esquema de exploração de apostas online operado por chineses usa o cadastro de bets do governo federal para dar aparência de legalidade ao negócio. Empresas de fachada abertas em nomes de "laranjas" brasileiros disseminam cassinos virtuais irregulares, que funcionam sem qualquer controle. Entre os aliciados pelas "bets chinesas", para emprestar documentos em troca de pagamentos, estão beneficiários de auxílios sociais, como o Bolsa Família.

Uma investigação do Estadão revela que o esquema inunda a internet com sites que oferecem jogos como o do "tigrinho", sem regras claras sobre o mecanismo de apostas, ensina influenciadores a enganar novos apostadores com ganhos falsos e, ainda, movimenta quantidade desconhecida de recursos também por meio de empresas suspeitas. Procurado, o Ministério da Fazenda informou que as fraudes serão detectadas e que pode acionar o Ministério Público e a Polícia Federal Para atrair apostadores, os sites exibem registros obtidos na **Receita Federal** e na Fazenda, mesmo antes de receber qualquer autorização do governo para operar - a Fazenda tem cinco meses para analisar as solicitações de novas casas de apostas protocoladas no seu Sistema de Gestão de Apostas (Sigap) após 17 de setembro.

Até o momento, 101 empresas estão oficialmente autorizadas a explorar apostas até 31 de dezembro, período que o governo diz ser de "adequação".

As regras para funcionamento das bets no País entram em vigor efetivamente em 1.º de janeiro e, para ter o aval do governo, além da documentação correta, cada bet terá de pagar R\$ 30 milhões pela licença.

Mas, enquanto os requerimentos não são verificados e o valor da outorga não é cobrado, as empresas irregulares usam CNPJs e números de protocolo para simular amparo oficial para funcionar. Dos 183 pedidos de cadastros de bets no Sigap, o Estadão apurou que 33 foram registrados por pessoas que emprestaram dados em troca de pagamentos, ou tiveram os nomes usados irregularmente. "Laranjas" que admitiram à reportagem ter cedido nome e dados para os chineses disseram ter recebido R\$ 600 por empresa cadastrada no Ministério da Fazenda (mais informações na pág.

B2).

Outras 20 empresas também têm indícios de irregularidades - aparecem como baixadas na **Receita Federal** ou estão em nome de beneficiários de programas sociais. Ou seja, é possível que pelo menos 29% das empresas com solicitações abertas no Ministério da Fazenda façam parte de esquemas fraudulentos.

O levantamento considerou pedidos protocolados no governo entre 18 de setembro e 25 de novembro. Há, ainda, um universo de sites de apostas ilegais de operadores que nem solicitaram cadastro à Fazenda.

Esse esquema é chamado no mercado como o das "bets chinesas", porque parte dos operadores de sites é oriunda da China.

Mas também há fraudadores que atuam a partir de outras nações asiáticas e do leste europeu, e que usam modelos semelhantes de sites e de contas para receber depósitos.

Ilegais Esquema inunda a internet com sites sem regras e ensina influenciadores a enganar apostadores

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Receita impede exclusão do ICMS-ST de cálculo do PIS/Cofins

Marcela Villar De São Paulo

Três recentes soluções de consulta da **Receita Federal** definiram que o ICMS-ST (substituição tributária) não pode ser excluído da base de cálculo do PIS e da Co-fins. A posição do Fisco contraria decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) do fim do ano passado. Em recurso repetitivo, que orienta as varas e tribunais do país, a Corte foi favorável aos contribuintes, permitindo a dedução dos **tributos** federais.

Segundo advogados, essas são as primeiras manifestações da Receita após o julgamento do STJ sobre o tema. O entendimento dos ministros da Corte foi unânime (Tema 1125 ou REsps 1896678 e 1958265). Essa é uma das teses filhotes da tese do século, em que o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou a exclusão do ICMS da base das contribuições federais, em março de 2017 (Tema 69 ou RE 574706).

O fundamento usado pela 1ª Seção do STJ foi o mesmo do STF, no sentido de que o imposto estadual é transitório no caixa das empresas e não configura faturamento, base sobre a qual incide o PIS e a Cofins. No caso do ICMS-ST, a diferença é apenas operacional, pois pela substituição tributária se antecipa a cobrança do tributo de toda a cadeia produtiva para o primeiro integrante dela - normalmente fabricantes ou importadores, os "substitutos tributários"- visando facilitar a fiscalização do tributo.

As discussões no Judiciário envolveram contribuintes que fazem parte da cadeia e não recolhem o imposto diretamente ao Estado - os "substituídos". Redes atacadistas que adquirem os produtos, por exemplo, e pequenos comércios que fazem a venda para o consumidor final.

Em relação às empresas substitutas, nunca houve polêmica, segundo advogados. Isso porque a legislação já previa que eles poderiam fazer a exclusão. Mas o mesmo direito não foi dado aos substituídos, nas soluções de consulta de nº 5 4046,4047 e 4048 de 2024 da Divisão de Tributação (Disit) da Superintendência Regional da **Receita Federal do Brasil** 4ª Região Fiscal, publicadas no Diário Oficial da União de quarta-feira.

Nos três documentos, a Disit diz que a "exclusão somente pode ser aproveitada pelo substituto tributário, não servindo, em qualquer hipótese, ao substituído na obrigação tributária correlata". O fisco reafirmou o entendimento da Solução de Consulta Cosit nº 104/2017, de efeito vinculante para a administração.

Em manifestações anteriores, a Receita previu a possibilidade de excluir o ICMS, porém na condição de substituto tributário e desde que destacado em nota fiscal, diz o tributarista Marcelo Bolognese, sócio do Bolognese Advogados. Diferentemente do ICMS, o ICMS-ST é destacado na nota fiscal de compra, mas não na de saída ou de revenda. "Agora, com estas novas manifestações, a Receita perdeu a oportunidade de se alinhar com o que foi decidido pelo STJ", afirma.

Na visão dele, o acórdão do STJ deveria ter sido respeitado, pois nele se garantiu tratamento igualitário entre contribuintes. "Quando o STJ define que o ICMS-ST não compõe a base de cálculo do PIS e da Cofins, tanto para o substituto quanto para o substituído, conclui que é a mesma sistemática de exclusão do ICMS. Seria anti-isonômico alguns venderem mercadoria com destaque na nota e poderem excluir e outros não", afirma.

A Receita não é obrigada a seguir o entendimento da Corte. Seria necessária a publicação de um parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) vinculando os fiscais, algo que não foi feito até então. "Haveria mais transparência e simplicidade, algo tão falado na **reforma tributária**, mas que não tem acontecido", diz. "A Receita força o contribuinte a buscar a forma mais burocrática possível e abarrotar o Poder Judiciário", conclui.

Pensamento semelhante é o do consultor tributário Douglas Campanini, sócio da Athros Auditoria e Consultoria. Ele diz que, após o julgamento do STF da tese do século, surgiu uma dúvida para as empresas substituídas tributárias. "Elas vendem um produto que o ICMS já foi pago antecipadamente e não destacam na nota fiscal. Então começou a discussão se o fato de não ter sido destacado, mas o imposto ter sido cobrado antes, geraria o mesmo efeito da tese do século".

A dúvida ficou até a definição pelo STJ, permitindo a exclusão. Ele lembra que foi definido que a modulação dos efeitos seria para aplicar a decisão a partir de fevereiro deste ano. Mas, na análise dos embargos de declaração, passou a ser março de 2017, quando o STF julgou a tese do século. "Como foi julgado em recurso repetitivo, hoje a regra geral é que toda e qualquer empresa substituída tributária pode excluir o PIS e a Cofins da base de cálculo do ICMS-ST", diz.

"O espanto foi essas soluções de consulta sequer terem mencionado a decisão do STJ", completa Campa-nini. Ele supõe que possa ter ocorrido um "lapso temporal" dentro do órgão e as consultas terem sido feitas antes do julgamento. Mas isso não muda o fato de que "a Receita está desrespeitando a decisão do STJ".

Procurada pelo Valor, a **Receita Federal** não deu retorno até o fechamento desta edição.

"Fisco perdeu oportunidade de se alinhar com a decisão do STJ" Marcelo Bolognese

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188056>

VICTOR MAIZMAN - Injustiça fiscal

Na semana passada o Ministro da Economia, ao enaltecer a necessidade de ser observado o critério da Justiça Fiscal, noticiou que irá cortar gastos da União e juntamente anunciou que irá encaminhar para o Congresso Nacional a proposta de ampliar o campo de isenção de Imposto de Renda para todos que recebem até R\$ 5.000,00 mensais.

De acordo com novos dados da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil, a defasagem da tabela do Imposto de Renda entre 1996 e 2024 alcançou 167,02%.

Portanto, com a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, a diferença da primeira faixa de tributação ficará praticamente zerada, uma vez que para acabar a defasagem, a correção certa de isenção seria de R\$ 5.084,84.

Pois bem, atualmente ficam isentos do Imposto de Renda cerca de 14,5 milhões de brasileiros, mas com a atualização da tabela do Imposto de Renda, esse número deve mais que dobrar e chegar a 30 milhões de um total de 44 milhões de contribuintes obrigados a declarar o Imposto de Renda atualmente.

Então, o que de fato foi proposto pelo Ministro da Economia é atualizar a faixa de isenção do Imposto de Renda, o que deveria ser efetivado desde 1996!

Desse modo, ano a ano o contribuinte vem pagando Imposto de Renda sobre a **inflação**, uma vez que não houve como mencionado a atualização da faixa de isenção durante todos estes anos.

E em se falando de Justiça Fiscal, se torna injusto do ponto de vista fiscal que o cidadão esteja impedido de deduzir do valor devido a título de imposto de renda os gastos considerados como essenciais, a exemplo dos medicamentos.

Não por isso, há uma regra prevista na Constituição Federal que impõe que o poder de tributar deve observar a capacidade contributiva do contribuinte, a fim de assegurá-lo uma incidência fiscal que não venha a comprometer sua subsistência.

Como mencionado em outras oportunidades, a legislação do Imposto de Renda não permite que sejam deduzidas as despesas com medicamentos, hipótese que viola inclusive o Princípio Constitucional da Dignidade Humana, conforme inclusive já

observado pelo Supremo Tribunal Federal quando afastou a possibilidade de se cobrar o referido tributo sobre o recebimento de pensões alimentícias.

Com efeito, se o contribuinte pode abater as despesas em que incorreu com médicos, dentistas e outros profissionais de saúde, sem obedecer a limite, uma vez que tais despesas se revelam involuntárias e absolutamente necessárias, não se revela lógico proibir o abatimento de gastos com medicamentos.

E ainda, ao negar ao contribuinte o direito à dedução dos gastos com remédios, gastos estes de caráter obrigatório, tal hipótese contribui para que não seja respeitado o chamado mínimo social, ou vital, ou existencial.

De todo modo, fica evidente que ainda precisa avançar muito para dizer que está sendo observada a regra de Justiça Fiscal, uma vez que seu objetivo é garantir que a carga tributária seja distribuída de forma justa entre os cidadãos e as empresas, considerando sua capacidade contributiva e promovendo a redução das desigualdades sociais.

Victor Humberto Maizman é Advogado e Consultor Jurídico Tributário, Professor em Direito Tributário, ex-Membro do Conselho de Contribuintes do Estado de Mato Grosso e do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais** da **Receita Federal/CARF**

Site: <https://odocumento.com.br/victor-maizman-injustica-fiscal/>

Envelhecimento e longevidade - ANTONIO PENTEADO MENDONÇA

ANTONIO PENTEADO MENDONÇA

A População mundial está crescendo e as pessoas estão vivendo mais. Do fim da Segunda Guerra Mundial para cá a população do planeta cresceu numa velocidade impressionante.

Em pouco tempo deveremos ser dez bilhões de seres humanos ocupando o planeta, para o bem e para o mal.

Na década de 1940, a expectativa de vida do brasileiro beirava os 40 anos. Atualmente, está na casa dos 76 e quem atinge os 65 tem grandes chances de viver além dos 80 anos. No Japão, esses números são ainda mais impressionantes. Viver 100 anos está cada vez mais perto e crianças nascidas agora com certeza ultrapassarão essa marca.

Se, por um lado, estes números são maravilhosos e merecem ser comemorados, porque dão a dimensão da nossa capacidade científica, de outro, colocam problemas extremamente sérios e inéditos diante dos governos e das pessoas.

Começando pela ocupação do solo pelas populações, cada vez mais em áreas urbanas inadequadas a dar suporte para a vida humana, sob o risco das tempestades geradas pelas mudanças climáticas, sob pressões decorrentes das desigualdades sociais - fome, doenças, miséria, criminalidade etc. Os desafios modernos são gigantescos e muitos deles não têm solução de curto prazo.

O maior deles é dramático. O envelhecimento das pessoas traz uma carga insuportável para a **previdência social** de todos os países. Com o desenho atual, baseado no trabalho do jovem para custear a aposentadoria dos idosos, não há como a conta fechar. Se fosse só isso, já seria dramático, mas é mais grave. Da mesma forma que as pessoas estão vivendo mais, elas estão tendo menos filhos e isto está invertendo o desenho da pirâmide social, estreitando a base e alargando o topo, e a nova configuração vai estrangular a capacidade de remuneração dos sistemas previdenciários.

Para não falar nas dificuldades crescentes dos serviços de saúde públicos, onerados pelo aumento do número de pacientes que viverão mais.

Para discutir estes desafios a Fenaprevi (Federação Nacional de **Previdência Social** e Vida) realizou, em São Paulo, o "XI Fórum Nacional de Seguros de Vida e **Previdência Social**".

Com a participação de estudiosos, especialistas e executivos brasileiros e estrangeiros reconhecidos pela sua competência, o evento se estendeu por todo um dia, em painéis que apresentaram a realidade e as novas possibilidades para o setor de seguros de pessoas e **previdência complementar**.

Dentro da complexidade do quadro, um dos pontos relevantes foi a necessidade de se entender a distinção entre envelhecimento e longevidade.

A leitura atual coloca o problema como decorrência do envelhecimento e pretende tratá-lo como uma nova despesa. É justamente esta visão que precisa mudar. O que está acontecendo é que as pessoas estão vivendo mais, mas não estão necessariamente envelhecendo no sentido tradicional da expressão. Há meio século, uma pessoa com 60 anos era velha; hoje, não é.

Ela tem uma qualidade de vida boa e é produtiva. O novo modelo deve colocar esta mudança fundamental como geradora de desenvolvimento.

Feito isso, os desafios poderão ser enfrentados de forma inovadora e eficiente.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

FUNDOS - APOSENTADOS

EMÍDIO REBELO FILHO

Os Fundos de Pensão, formados e criados como **Previdência Complementar**, com a facilidade de suplementar os benefícios previdenciários do Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS), dos segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) têm que assegurar os recursos financeiros arrecadados somente com pagamentos de despesas regulamentadas e que sejam em favor dos contribuintes--beneficiários e mantenedores. A transferência de recursos para atender outras despesas não identificadas próprias às atribuições desses Fundos impede o funcionamento adequado e pertinente com a eficiência que se estabelece e exige na legislação vigente. Portanto, devem-se observar esses dispositivos, aplicando-se os recursos financeiros apenas no que está plenamente definido, fortalecendo-se e favorecendo os mantenedores--beneficiários.

SANGRIA

A propósito, destacamos a sangria nos recursos financeiros dos Fundos de Pensão, a partir da desvinculação dos reajustes anuais dos benefícios previdenciários no mesmo índice percentual aplicado ao salário mínimo, ocorrida há mais de 33 (trinta e três) anos. O que o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) deixou de pagar aos seus segurados coube aos Fundos de Pensão dar a devida cobertura, sem que estivessem com previsão de recursos definida para atender a demanda, o que tem causado acúmulo de déficits e prejuízos aos assistidos, como no caso da Fundação Petro-brás de **Seguridade Social** (Petros), criando o Programa de Equacionamento de Déficit (PED), descontando dos mantenedores--beneficiários valores de que não são os responsáveis. Haveremos de ter providências imediatas para corrigir o malfeito.

APROVAÇÃO

Para corrigir esse malfeito que atinge e prejudica sem piedade milhões de trabalhadoras e trabalhadores, cidadãos e cidadãos brasileiros, a solução está na aprovação do Projeto de Lei nº 4434/2008, que dispõe sobre a atualização e regularização dos proventos das aposentadorias e pensões pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) e que está na dependência dos deputados federais há mais de 16 anos. Ressaltamos mais uma vez: aprovado, por unanimidade no Senado Federal, em 2008, e na Comissão de **Seguridade Social** e Família da Câmara

dos Deputados, em 2009. Convém destacar que essa reivindicação iniciou-se em 2003 e o Projeto de Lei tramitava com o número 58/2003. Confirma-se

uma demora de mais de 21 anos de tramitação nas duas Casas Legislativas. Aprovação já!

SITUAÇÃO

Os aposentados e pensionistas não podem permanecer na atual situação, prejudicados maldosa e perversamente por ações impróprias e inconvenientes que causam aflição e desconforto, impedindo que tenham qualidade de vida condizente com as suas necessidades de viver bem, sem atropelos e recebendo o suficiente de proventos para sua manutenção e de sua família. Não entendem o motivo, se é que tem, para demora na apreciação, votação e aprovação de um Projeto de Lei que reivindica um direito e não um favor. E é um direito assegurado na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, consagrando o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes em caráter permanente o valor real (artigo 201, parágrafo 4º).

DÍVIDA

A equipe de transição para o recebimento da gestão administrativa da Prefeitura de Belém aponta um rombo de R\$155 milhões somente na conta saúde. É uma cifra considerável que, naturalmente, impactará nas decisões do novo gestor. Aposentados e pensionistas estão apreensivos com a notícia desagradável e preocupante, não entendendo como se chega a tal ponto que julgam inviabilizar ações corretivas para solução de tão grave problema, principalmente quando supõem a descontinuidade de serviços essenciais. Torcem para que não haja a descontinuação de serviços, com penalização a uma população cumpridora de suas obrigações e deveres para com a capital paraense. Aguarda-se que o bom senso e o devido equilíbrio de ações sejam para solução do problema e não prejuízo maior aos belenenses.

SOLUÇÃO

A solução para os problemas enfrentados pelos aposentados e pensionistas do Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS), segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), não é a medida paliativa, e sim a correção devida e justa nos proventos das aposentadorias e pensões, defasadas

em consequência do que se fez com a redução dos reajustes anuais. As reivindicações que fazem e estão contidas no Projeto de Lei nº4434/2008 são uma questão de justiça social. Que o atual governo se sensibilize e promova a correção do malfeito.

ORAÇÃO

"A oração é aquela força humilde que dá paz e desarma os corações do ódio" (Papa Francisco).

Site: https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-136152-7aabecd32d1527cfa70e6607c0793e02.pdf

Lula e Haddad terão nova reunião para discutir aposentadoria de militares

Caetano Tonet, Raphael Di Cunto e Jéssica Sant'Ana De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve se reunir nesta semana com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para alinhar os últimos detalhes da proposta que reestrutura a carreira dos militares, parte do pacote de corte de gastos anunciado pelo governo semana passada.

Em encontro no sábado, os militares pediram um período de transição de sete anos para a implantação da nova regra de idade mínima de 55 anos para a passagem à reserva. Estiveram presentes no Palácio da Alvorada o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, e os comandantes das Forças Armadas: general Tomás Paiva (Exército), almirante Marcos Olsen (Marinha) e brigadeiro Marcelo Damasceno (Aeronáutica).

"O que eles queriam dizer ao presidente é que precisavam de uma transição maior. A carreira de militar é como uma procissão. Quando você para o da frente, os de trás vão tudo encostando um no outro e você vai ter o que eles chamam de empocamento de pessoas na mesma profissão", afirmou Múcio ao Valor.

Com isso, a nova regra de idade mínima para a previdência dos militares passaria a valer em 2032 e não mais em 2030, como era a ideia inicial da equipe econômica. Para quem se aposentará durante esse período, o acordo prevê um pedágio de 9% sobre o tempo que falta para o oficial se aposentar.

De acordo com Múcio, os comandantes das Forças deixaram claro ao presidente Lula que concordam com todos os outros pontos da proposta da equipe econômica para reestruturação das carreiras militares. O plano do governo acaba com a chamada "morte ficta", com os familiares perdendo o direito à pensão de militares expulsos, extingue a transferência de pensão e fixa 3,5% da remuneração para o fundo de saúde até janeiro de 2026.

"Todos os pontos oferecidos pela Fazenda, pelo ministro Haddad, as Forças acataram. A proibição das transferências de pensão, o fim da morte ficta, o aumento do prazo para aposentadoria, nós acatamos tudo", declarou o ministro.

Nas contas das Fazenda, a proposta, como foi apresentada, terá impacto anual de R\$ 2 bilhões.

Os outros pontos do pacote de revisão de despesas serão tratados em outros textos. Dois deles foram encaminhados pelo líder do governo na Casa, José Guimarães (PT-CE), na última sexta-feira. O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), deve reunir na terça-feira (3) o colégio de líderes para alinhar a tramitação desses projetos e tratar também da proposta de emenda à Constituição (PEC) que integra o plano e ainda não foi apresentada.

Lira disse, na semana passada, que a Câmara tem um "compromisso inabalável" com o arcabouço fiscal e que as medidas de corte de gastos contarão "com todo esforço, celeridade e boa vontade da Casa".

Apesar de ter sido anunciada junto com o pacote do corte de gastos, a proposta de ampliar a isenção do Imposto de Renda só será debatida no Congresso em 2025. Lira e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), condicionaram o avanço da medida à austeridade fiscal.

Dos textos do pacote, a PEC tem tramitação mais complexa. A proposta tratará, por exemplo, de mudanças nas regras de acesso ao abono salarial, atualmente pago a quem recebe dois salários mínimos ou menos por mês.

O rito para a tramitação de PEC prevê análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e depois em uma comissão especial. Só então, ocorre a votação no plenário. Para acelerar o processo, governistas defendem que Lira anexe a proposta de cortes à outra PEC, de 2007, que prorroga a Desvinculação das Receitas da União (DRU), item presente na proposta do governo. Essa estratégia foi utilizada nas PECs da Transição e da reforma tributária.

Nesse sentido, a bancada evangélica na Câmara tenta vincular a PEC do governo ao avanço de outra proposta de emenda à Constituição, que amplia a imunidade tributária das igrejas, estendendo o benefício para os **impostos** sobre consumo - o que aumentará o rombo nas contas da União.

Já os projetos de lei têm tramitação mais simples. Guimarães apresentou na sexta um projeto de lei

complementar (PLP) e um projeto de lei ordinária (PL). Os textos preveem o bloqueio das emendas parlamentares ao Orçamento, um pente-fino no Benefício de Prestação Continuada (BPC) e no Bolsa Família e trazem regras para conter o crescimento dos gastos com salários e benefícios previdenciários, de acordo com a regra fiscal.

Como as propostas não são formalmente de autoria do Executivo, não trazem o impacto fiscal e orçamentário detalhado das medidas. Isso seria obrigatório se o projeto fosse encaminhado pelo governo. Também não será possível ter acesso às notas técnicas que embasaram as propostas. Especialistas têm contestado a projeção de Haddad de uma economia de R\$ 70 bilhões no biênio.

O PLP determina que as despesas anuais decorrentes de criação ou prorrogação de benefícios da **seguridade social** pela União ficarão limitadas ao arcabouço fiscal - um crescimento real (acima da **inflação**) entre 0,6% e 2,5%. Além disso, determina que, se houver déficit a partir de 2025, o governo ficará proibido de conceder, ampliar ou prorrogar incentivo ou benefício tributário até voltar a registrar superávit primário.

Já o PL determina, conforme anunciado, que entre 2025 e 2030 o reajuste real do salário mínimo ficará limitado aos limites do novo arcabouço fiscal, ou seja, também poderá crescer entre 0,6% a 2,5% acima da **inflação**.

Uma novidade que não tinha sido detalhada pelo governo nas entrevistas sobre o pacote é que a despesa do Proagro (garante o pagamento de financiamentos rurais de custeio agrícola) deverá respeitar a "disponibilidade orçamentária". O funcionamento dessa regra, contudo, ficará para regulamentação posterior.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador#/edition/188056?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador#/edition/188056?page=1§ion=1)**

Governo passa a permitir antecipação de valores

O governo federal, por meio do Ministério da **Previdência Social**, fará um teste de 90 dias (três meses) para avaliar a procura e analisar a viabilidade de aumento do valor que beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) podem receber antecipadamente.

Nesta semana, foi anunciada a possibilidade de antecipação de até R\$ 150 dos benefícios recebidos por aposentados e pensionistas, além de beneficiários de outros auxílios permanentes pagos pelo instituto, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

O modelo de antecipação visa cobrir gastos do dia a dia e necessidades imediatas do beneficiário - como remédios, comida, gás de cozinha e transporte -, a fim de evitar que eles precisem recorrer a empréstimos para pagar pequenas despesas. A devolução é feita no mês seguinte, com desconto diretamente na folha de pagamento e sem juros, correção, ou qualquer outra taxa.

"Depois desses 90 dias, vamos fazer um balanço disso para saber se aumentamos ou não", explicou o ministro da Previdência, Carlos Lupi, na última quinta (29/11), ao ser questionado sobre a possibilidade.

"É um valor pequeno, para pequenas despesas, para tentar de alguma forma melhorar a qualidade de vida do segurado", disse o presidente do **INSS**, Alessandro Stefanutto.

No modelo físico, o cartão tem o chip, a senha e a função débito. Ou seja, o cartão não permite fazer saque.

O adiantamento não dependerá de desbloqueio prévio do benefício. Os titulares de benefícios poderão antecipar valores desde que: haja antecipação salarial seja realizada com instituição financeira com no mínimo 12 meses de experiência com o serviço de antecipação salarial e que tenha celebrado convênio e/ou Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o **INSS** para esse fim; e mediante utilização de cartão físico do segurado, com chip e senha pessoal, contratado junto à instituição financeira devidamente credenciada.

O adiantamento só poderá ser feito no caso de quem recebe benefícios permanentes. Auxílio-doença, por

exemplo, não entra nesse enquadramento.

APOSTAS PROIBIDAS Está proibida a utilização desse adiantamento em qualquer tipo de jogo de azar, as chamadas bets. "Não pode ser utilizado esse adiantamento em qualquer jogo de azar, por apostas", anunciou Lupi.

Ele disse que o setor jurídico de sua pasta está estudando a possibilidade de proibir o uso dos recursos do **INSS** para apostas no caso de todos os benefícios pagos pelo **INSS**. (Metrópoles)

Site:

<https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/brasil/2024/12/governo-passa-a-permitir-antecipacao-de-valores.html>

Acumulo de aposentadorias: direitos e requisitos - NO O DIA

NO O DIA

A advogada Mariângela Albuquerque especialista em Direito Previdenciário explica que a aposentadoria concedida pela Prefeitura provavelmente foi por meio de um regime próprio de previdência (RPPS), algo comum entre os **servidores públicos**. Já o **INSS** faz parte do Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS). "Em geral, não há impedimento de uma pessoa ser aposentada em ambos os regimes, desde que tenha contribuído separadamente para cada um", destaca.

Para ter direito à aposentadoria por idade no **INSS**, você deve ter contribuído para o RGPS. Mariângela lembra que a regra geral para a aposentadoria por idade no **INSS** exige: idade mínima de 52 anos para mulheres e 65 anos para os homens, e um mínimo de 15 anos de contribuição (180 meses). "Recomendo verificar seu tempo de contribuição ao **INSS** através do portal Meu **INSS** ou com o apoio de um advogado especializado em direito previdenciário para ana-

lisar seu caso específico", conclui.

Se você já é aposentado pela Prefeitura, pode ter direito à aposentadoria por idade também no **INSS**, desde que tenha contribuído separadamente para ambos os regimes de previdência. Vale destacar que, para o **INSS**, é preciso cumprir os requisitos de idade mínima e tempo de contribuição, salienta o advogado Átila Nunes do serviço www.reclamar.adianta.com.br. O atendimento é gratuito pelo e-mail juridico@reclamaradianta.com.br ou pelo WhatsApp (21)993289328.

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/impressa/13005/02-12-2024.html>

Como ficará a dedução dos gastos com saúde após as mudanças no Imposto de Renda?

Cristiane Gercina

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciou alterações na tabela e nas regras do Imposto de Renda . As medidas compõem a reestruturação fiscal e o novo pacote de ajuste econômico .

Trabalhadores, aposentados e pensionistas do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) e de regimes próprios, e **servidores públicos** com renda de até R\$ 5.000 ficarão isentos do IR . Hoje, a isenção está na faixa de até dois salários mínimos. Quem ganha mais de R\$ 50 mil pagará mais imposto .

Para compensar a medida, o ministro Fernando Haddad (PT) resolveu limitar uma despesa com saúde que impacta o imposto, que é a isenção para aposentados com doenças graves listadas na lei de quem ganha mais de R\$ 20 mil.

Segundo Haddad e seus assessores econômicos, a medida não impacta no direito de deduzir gastos com saúde, e isso não deverá mudar. As deduções das despesas médicas no IR não têm limite de valor, mas precisam seguir algumas regras. Hoje, elas são o principal motivo de malha fina.

O que vai mudar nos gastos com saúde no Imposto de Renda?

O ministro anunciou que aposentados do **INSS** e de regimes próprios que não pagam Imposto de Renda porque têm doenças como câncer ou Aids, entre outras, vão perder essa gratuidade caso a renda seja acima de R\$ 20 mil.

O alto valor deve atingir **servidores públicos** de carreiras de elite, do Judiciário, militares e parlamentares. No caso de aposentados do **INSS**, o teto dos benefícios, hoje em R\$ 7.786,02, fica bem abaixo desse limite.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

A isenção do IR em benefícios previdenciários está prevista na lei 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e

inclui rendimentos como auxílio por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença), auxílio-acidente, aposentadoria por incapacidade permanente (antiga aposentadoria por invalidez) que seja decorrente de acidente em serviço e benefícios concedidos a portadores de doenças profissionais ou doenças graves.

A isenção do IR sobre o benefício para quem é aposentado e tem doença grave ocorre só após o segurado passar por perícia no **INSS** ou órgão de saúde de regime próprio.

O exame pericial pode ser agendado no aplicativo ou site Meu **INSS** ou pelo telefone 135. Além do número do CPF e demais documentos pessoais, o segurado terá de apresentar laudos médicos que comprovem o direito.

As mudanças propostas por Haddad e sua equipe econômica devem impactar a declaração do IR de 2026, porque o início da validade está prevista para 2025. Portanto, na declaração do Imposto de Renda de 2025 nada muda.

As regras para declarar, no entanto, ainda serão apresentadas pela **Receita Federal** no final de fevereiro ou início de março, antes da entrega das declarações, que começa em 15 de março.

Os contribuintes continuam autorizados a deduzir gastos médicos que estejam ligados a clínicas e hospitais, profissionais como médicos e dentistas, exames e outros.

Os gastos com saúde são deduzidos da base de cálculo do IR, o que diminui o imposto a ser pago.

Essas despesas são declaradas na ficha "Pagamentos Efetuados" e devem ser comprovadas por meio de recibos e comprovante de pagamento. Caso sejam muito altas e/ou incompatíveis com a renda, podem levar o contribuinte à malha fina. Se a documentação estiver errada, a declaração também vai para a malha.

Consultas e tratamentos com médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos, entre outros

Planos de saúde médicos e odontológicos

Cirurgias e internações hospitalares

Teste de Covid-19, desde que feitos em laboratórios de análises clínicas, hospitais e clínicas

Seguro-saúde, que é oferecido por empresas domiciliadas no Brasil e cobrem despesas médicas, odontológicas ou hospitalares

Exames laboratoriais e radiológicos em clínicas ou laboratórios

Aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas (como pernas e braços mecânicos, cadeiras de rodas, andadores, palmilhas e calçados especiais) desde que sejam comprovados com receita médica ou integrem a conta da clínica ou do hospital

Aparelhos dentários e próteses que substituem dentes (como dentaduras ou coroas), desde que comprovados com receita e nota fiscal em nome do beneficiário ou integrem o valor pago ao profissional ou clínica odontológica

Colocação e manutenção de aparelho ortodôntico desde que a conta seja emitida pelo dentista

Educação de pessoas com deficiência física ou mental comprovada por laudo médico e com pagamento feito a entidades voltadas a deficientes

Internação de idosos em estabelecimento geriátrico, desde que o local atenda regras do Ministério da Saúde e tenha licença de funcionamento concedida por autoridades municipais, estaduais ou federais

Cirurgia plástica, reparadora ou não, com o objetivo de prevenir, manter ou recuperar a saúde do paciente

Marca-passo incluído na conta do hospital ou do profissional

Lente intraocular colocada em cirurgia de catarata com a conta emitida pelo hospital ou médico

Transfusão de sangue com pagamento feito a profissionais e empresas autorizadas

Planos de saúde ou prestadoras de benefícios que realizam serviço de saúde domiciliar ou atendimento pré-hospitalar de urgência, como UTIs (Unidades de Tratamento Intensivo) móveis

Pagamentos a médicos e hospitais por serviços e exames para fertilização in vitro, mas só é dedutível na declaração da mulher, que é a paciente. A exceção é se ela constar como dependente de outro declarante

Remédios

Vacinas

Exames

Enfermeiros

Massagistas

Nutricionistas

Assistente social

Instrumentadores e materiais cirúrgicos

Remédios

Vacinas

Óculos e lentes de contato

Reembolso pago por plano de saúde ou seguro-saúde

Despesas de acompanhante em hospital, como acomodação e transporte

Hospedagem e passagens para tratamento médico

Pagamentos a enfermeiros, massagistas, nutricionistas, assistente social e cuidador de idosos

Teste de Covid-19 feito em farmácias ou autoteste

Despesas de saúde com pessoas que não são dependentes ou não constam como alimentados

Prótese de silicone (só é dedutível se estiver na conta do hospital)

Instrumentador e material cirúrgico (só é dedutível se estiver na conta do hospital)

Exame de DNA para comprovar paternidade

Coleta, seleção e armazenagem de células-tronco, oriundas de cordão umbilical

Internação hospitalar em residência (só é dedutível se estiver com fatura de hospital)

Reprodução assistida com "barriga de aluguel", mesmo com pagamento a hospitais ou médicos

Dados de 2024 da **Receita Federal** mostram que os gastos com saúde lideram a lista de malha fina. Ao todo, 1,5 milhão de declarações ficaram retidas na

malha neste ano, de um total de 45,5 milhões de documentos enviados neste ano .

Segundo o fisco, 6 em cada 10 declarações que caíram na malha têm erro nas deduções com gastos em geral. Deste total, 51,6% tiveram a declaração retida por falha ao declarar despesas com saúde.

Em seguida, vêm a omissão de rendimentos, que representa 27,8% do total. Até 2022, a omissão de renda -seja do titular ou do dependente- era líder de malha fina.

O motivo, segundo especialistas, são a tentativa de deduzir gastos não permitidos em lei, a falta de recibo para comprovar as despesas e, em alguns casos específicos, documentos que não condizem com a realidade do gasto.

Quem cai na malha fina não recebe restituição e pode ainda sofrer punição com multas.

Site:

**[https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/12/como-
ficara-a-deducao-dos-gastos-com-saude-apos-as-
mudancas-no-imposto-de-renda.shtml](https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/12/como-ficara-a-deducao-dos-gastos-com-saude-apos-as-mudancas-no-imposto-de-renda.shtml)**

Saiba como corrigir erros no cadastro da aposentadoria do INSS

Júlia Galvão

O **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) publicou uma nova portaria que confirma alguns procedimentos de correção de erros no Cnis (Cadastro Nacional de Informações Sociais). O cadastro é o principal responsável pela liberação do benefício da **Previdência Social**.

O novo documento determina que os indivíduos podem solicitar, a qualquer momento, inclusão, alteração, ratificação ou exclusão das informações divergentes, extemporâneas ou insuficientes.

Rômulo Saraiva, advogado especialista em Previdência e colunista da Folha, diz que a partir de 2017, houve uma mudança para que iniciativa de corrigir tais erros só pudessem ocorrer no momento de pedir a aposentadoria.

Agora, a nova portaria traz outros caminhos para melhorar os dados do Cnis, que ajudam a evitar fraudes e a evasão financeira.

O Cnis é o documento que registra as contribuições feitas pelo segurado ao **INSS** ao longo de sua vida laboral e é referência para o cálculo da aposentadoria. Nem sempre as informações apresentadas nele representam fielmente a realidade, assim, é importante que o trabalhador acompanhe a exatidão do que está lá.

"Com alguns cliques, é possível monitorar com facilidade se os dados estão em conformidade. É com base nesse acúmulo de dados, realizado por várias décadas, que a análise de elegibilidade da aposentadoria e do melhor benefício serão dosados", diz Saraiva.

A nova portaria determina também que os períodos de aprendizado realizados até 16 de dezembro de 1988 serão considerados como tempo de serviço e contribuição.

Eles são válidos para períodos de frequência em escolas profissionais mantidas por empresas ferroviárias ou para o tempo de aprendizado em escolas industriais ou técnicas.

Receba no seu email o que de mais importante

acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Para conferir o Cnis, é possível seguir o seguinte passo a passo:

Os segurados que encontrarem erros em seu cadastro e desejarem atualizá-los devem realizar um processo de requerimento de atualização do Cnis.

Para isso, é ideal juntar os documentos que possam comprovar a retificação desejada. A solicitação pode ser feita pelo Meu **INSS**, mesmo canal em que o envio dos documentos ocorre.

Aqueles que preferirem também podem ligar para a central 135 ou ir presencialmente a uma agência do **INSS**. Em geral, esse atendimento é agendado. Dúvidas podem ser tiradas pela Central 135.

Saraiva afirma que os principais erros do Cnis apresentam relação com o valor do salário, data inicial ou final do contrato de trabalho e, na maioria dos casos, com a omissão de informações -como a falta de detalhamento sobre contratos de trabalho muito antigos e recolhimento por meio de carnê ou GPS (Guia da **Previdência Social**).

Nos casos de atividade exercida na administração pública, é comum a falta de dados sobre contratos temporários ou cargos comissionados.

É também possível que o trabalhador solicite a exclusão de um contrato de trabalho que consta em seu nome, mesmo sendo de outra pessoa; o acerto de vínculos e remunerações; e a correção de dados cadastrais -como nome social, nome civil, filiação, número do CPF e outros.

Quem precisar, também pode solicitar a inclusão de informações mesmo que a sua aposentadoria não esteja próxima.

"O ideal é que não se deixe para atualizar tais inconsistências na véspera de se aposentar. O **INSS** leva tempo para corrigir erros, mesmo que sejam simples. Quem deixa para organizar sua base de dados, caso exista alguma inconsistência, pode retardar ou mesmo atrapalhar a concessão

administrativa da aposentadoria, a ponto de precisar levar o caso ao Judiciário", afirma o advogado.

Os trabalhadores rurais também têm direito ao acerto de dados do Cnis, mas a sua atualização costuma ter algumas particularidades, pois esses segurados têm dificuldades com a documentação necessária para provar sua condição e nortear a própria aposentadoria.

Nesses casos, Saraiva diz que é comum que as provas para comprovação de uma determinada função tenham também depoimento de testemunhas.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/12/saiba-como-corrigir-erros-no-cadastro-da-aposentadoria-do-inss.shtml>

13º salário: minha empresa não pagou benefício. E agora?

Por Redação g1

O prazo para o pagamento da parcela única ou da primeira parte do 13º salário para os trabalhadores com carteira assinada terminou na última sexta-feira (29).

Segundo a legislação de 1962, o prazo final para os pagamentos é o dia 30 de novembro. Como a data caiu em um sábado neste ano, é necessário antecipar o depósito para o dia útil anterior.

O 13º salário pode ser pago de duas formas: em uma única parcela ou dividido em até duas partes. Se dividido, a segunda parcela deve ser paga até 20 de dezembro. O pagamento apenas em dezembro é ilegal.

Se a empresa optar pela divisão, a segunda parcela deve ser creditada na conta do trabalhador até o dia 20 de dezembro.

?? O pagamento feito em uma única parcela apenas em dezembro é ilegal.

Sendo assim, o trabalhador que não recebeu a primeira parcela até a data limite pode fazer o seguinte:

Procurar o setor de recursos humanos ou financeiro da empresa para notificar o problema e cobrar o depósito dos valores atrasados. Se não houver acordo, ele pode fazer denúncias pelo site da Secretaria de Inspeção do Trabalho: <https://denuncia.sit.trabalho.gov.br/>. O trabalhador deve ter acesso ao sistema "gov.br", ou seja, ter o login único do governo federal. Ao entrar no site, é preciso inserir o CPF e a senha. Assim, ele terá acesso ao formulário de denúncia trabalhista. Buscar auxílio no sindicato da sua categoria para formalizar a denúncia. Fazer uma denúncia ao Ministério Público do Trabalho (MPT). Em último caso, cobrar os valores em uma eventual ação trabalhista.

Penalidades

Caso o empregador não respeite o prazo do pagamento ou não pague o valor devido, poderá ser autuado por um auditor-fiscal do Ministério do Trabalho durante a fiscalização, o que gerará uma multa de R\$ 170,25 por empregado, que dobra em

caso de reincidência.

Além disso, é preciso verificar se a convenção coletiva da categoria prevê que o valor do 13º atrasado seja pago com correção.

?? Mas a empresa pode alegar a crise econômica como desculpa para não pagar o benefício? De acordo com advogados trabalhistas, não há previsão legal para o não pagamento do 13º salário para os trabalhadores.

Base para pagamento é dezembro

O pagamento do 13º salário é feito com base no salário de dezembro, exceto no caso de empregados que recebem salários variáveis, por meio de comissões ou porcentagens - nesse caso, o 13º deve perfazer a média anual dos valores.

O Imposto de Renda e a contribuição ao **INSS** incidem sobre o 13º salário. Os descontos ocorrem somente na segunda parcela sobre o valor integral do benefício. Já o FGTS é pago tanto na primeira quanto na segunda parcela.

A primeira parte representa metade do salário que o funcionário ganha. Aqueles que pediram o adiantamento do 13º nas férias têm direito apenas à segunda parcela.

Quem tem direito?

Todo trabalhador em regime previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que atuou por 15 dias ou mais durante o ano e que não tenha sido demitido por justa causa tem direito à gratificação.

Veja a lista abaixo de quem tem direito:

Trabalhadores com carteira assinada e **servidores públicos**, conforme garante a Constituição Federal. Aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Neste ano, o governo federal antecipou o pagamento para ambos os grupos, que receberam em maio e junho. **Pensionistas. Trabalhadores rurais. Trabalhadores avulsos** (que prestam serviços sem vínculo empregatício e com a intermediação de um sindicato). **Trabalhadores domésticos.**

No caso de estagiários, como não são regidos pela CLT e nem são considerados empregados, a lei 11.788/08, que regula esse tipo de trabalho, não obriga o pagamento de 13º salário.

Site: <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2024/12/02/13o-salario-minha-empresa-nao-pagou-beneficio-veja-o-que-fazer.ghtml>

Décimo terceiro salário: não recebeu a primeira parcela? Saiba o que fazer

Terminou no dia 30 o prazo para que empresas e órgãos públicos depositassem a primeira parcela do 13º salário dos trabalhadores. A gratificação é devida aos empregados com carteira assinada e **servidores públicos** que tenham trabalhado por pelo menos 15 dias durante o ano.

A primeira parcela é maior que a segunda, e o valor corresponde à metade do salário bruto, sem os descontos de **INSS** e Imposto de Renda. Também entram na conta as horas extras, comissões e os adicionais noturno, de periculosidade e de insalubridade. Em alguns casos, a primeira parcela é antecipada com as férias.

Mas há situações em que os trabalhadores acabam não recebendo a gratificação, ou o depósito é feito com atraso. Nestes casos, a empresa pode ser penalizada com uma multa administrativa para o Ministério do Trabalho. Caso você não tenha recebido a primeira parcela, veja o que fazer:

O GLOBO preparou uma calculadora para que o trabalhador saiba quanto vai receber de décimo terceiro. Veja abaixo

Segunda parcela do décimo terceiro

A segunda metade do décimo terceiro deve ser quitada até o dia 20 de dezembro. O valor corresponde a 50% do valor total do salário bruto, sem os descontos. Entram na conta o salário e também as verbas de natureza salarial, como horas extras, comissões e adicionais noturno, de periculosidade e de insalubridade. Valores relativos a auxílios de transporte, alimentação, creche e participação nos lucros ficam de fora.

A lei garante ao trabalhador receber um salário extra no final de cada ano. O cálculo do benefício leva em conta horas extras, adiantamentos, além de ser proporcional aos meses trabalhados no ano.

Segundo cálculos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o pagamento das duas parcelas do 13º deve injetar cerca de R\$ 321,4 bilhões na economia do país, o que representa aproximadamente 3% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/12/02/de-cimo-terceiro-salario-nao-recebeu-a-primeira-parcela-saiba-o-que-fazer.ghtml>

Não recebeu a primeira parcela do 13º salário? Veja quais medidas tomar

Se encerrou, na última sexta-feira, 29, o prazo para que as empresas depositassem a primeira parcela ou parcela única do 13º salário. A segunda metade deve ser paga até o dia 20 de dezembro, mas quem não recebeu a primeira deve tomar algumas medidas.

Receba as principais notícias direto no WhatsApp! Inscreva-se no canal do Terra

O 13º salário é uma obrigatoriedade prevista em lei desde 1962. O pagamento do benefício deve ser feito até o dia 30 de novembro. Mas, como este ano a data cai em um sábado, o envio do valor deve ser antecipado para a última sexta-feira.

O trabalhador que não receber o 13º salário deve procurar o RH da empresa para notificar o problema e cobrar o depósito. Também é possível buscar o sindicato da categoria para orientações sobre o caso.

Se a questão não for resolvida, o funcionário pode fazer uma denúncia no Ministério Público do Trabalho (MPT) e, em último caso, cobrar os valores em uma ação trabalhista.

O empregador que não pagar o benefício pode ser autuado por um auditor-fiscal do Ministério do Trabalho e ter que pagar uma multa.

Entenda mais sobre o benefício:

O 13º salário foi estabelecido pela Lei 4.090, de 1962, no Brasil. No texto original da legislação, o benefício é chamado de gratificação natalina e deveria ser pago em dezembro a todos os funcionários, independentemente da remuneração a que ele fizesse jus.

Depois, em 1965, a Lei 4.749 instituiu regras mais definidas sobre tal pagamento. Outras alterações foram feitas em 2015, com a Lei Complementar 150, conhecida na época como PEC das Domésticas, que incluiu a classe de trabalhadoras em uma série de direitos previstos na CLT.

Segundo o Tribunal Superior do Trabalho, além dos empregados com carteira assinada, têm direito ao 13º salário aposentados, pensionistas e **servidores públicos** -- que tem cronogramas de pagamentos específicos e que foram antecipados neste ano.

O benefício pode ser pago em duas partes ou em uma parcela única. As empresas que escolherem a segunda opção devem realizar o pagamento total até o dia 30 de novembro. Porém, como este ano a data cai em um sábado, o envio do valor deve ser antecipado para a sexta-feira, 29.

Já as empresas que optarem por duas parcelas, deverão depositar 50% do valor do 13º também até essa data. Depois, a segunda parcela pode ser paga até o dia 20 do mês de dezembro.

O valor da segunda parcela costuma ser menor do que o da primeira, pois é neste montante que incidem os **impostos**, como a dedução do Imposto de Renda e do **INSS**.

O 13º salário considera a divisão da remuneração integral do trabalhador por 12 e a multiplicação do resultado pelo número de meses trabalhados.

Ou seja, caso o funcionário esteja há um ano na empresa, ele receberá um salário a mais em seu valor integral, considerando, claro, os descontos de **impostos**. Mas caso ele não tenha completado um ano, ele receberá um valor proporcional.

O 13º salário também leva em conta horas extras, adicionais (noturno, de insalubridade e de periculosidade) e comissões.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/nao-recebeu-a-primeira-parcela-do-13-salario-veja-quais-medidas-tomar,177d2b65f281390df60326410422a9757nq0hy7k.html>

Isenção no IR para quem ganha até R\$ 5.000: o que muda no meu salário e quando começa a valer?

A proposta de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5.000, feita pelo governo federal em meio ao pacote fiscal de corte de gastos, deve atingir cerca de 36 milhões de contribuintes, segundo dados da Associação Nacional de Auditores Fiscais da **Receita Federal** (Unafisco). O governo ainda não enviou o texto da reforma para o Congresso Nacional, mas já é possível, com base nas informações dadas pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, adiantar alguns pontos.

Receba as principais notícias direto no WhatsApp! Inscreva-se no canal do Terra

O que muda no salário de quem recebe até R\$ 5.000?

A tabela atual do Imposto de Renda é constituída da seguinte forma: uma alíquota fixa de dedução dividida entre cinco faixas salariais e um valor fixo a ser deduzido no cálculo em cada uma das faixas salariais.

Ou seja, todo mês é retido na fonte o valor de R\$ 479 de quem ganha um salário de R\$ 5.000 para a **Receita Federal**. Caso a mudança seja aprovada, quem recebe até esse valor não terá mais essa dedução mensal, tendo apenas os outros recolhimentos obrigatórios, a exemplo do **INSS** e FGTS.

Veja a tabela atual do Imposto de Renda:

Com a proposta do governo federal, a ideia é que a faixa de isenção do IR suba até os R\$ 5.000 e, a partir daí, comece a cobrança de alíquotas. O Ministério da Fazenda ainda não detalhou sobre como será feita a nova tabela. Porém, em coletiva à imprensa, Haddad disse que quem ganha até cerca de R\$ 7.500 também será beneficiado porque pagará uma alíquota um pouquinho menor do que paga hoje.

Para Gabriel Quintanilha, tributarista e professor da FGV Direito Rio, o ideal é que haja uma progressividade de alíquotas a partir de R\$ 5.000.

O caminho correto seria atualizar todas as faixas de incidência do imposto. Ou seja, você pegar hoje aquele que é isento e vai para R\$ 5.000, e a partir daí

você atualizar as alíquotas de 7,5%, 14%, 27,5%... , afirma. Caso essa projeção se concretize, o professor acredita que a reforma traria benefícios para quem ganha até por volta de R\$ 12 mil.

Quem recebe até R\$ 5.000 ainda declararia Imposto de Renda?

Novamente, como o texto ainda não foi enviado para o Congresso Nacional, não há certeza sobre isso. O professor Gabriel Quintanilha acredita que quem ganha até R\$ 5.000 por mês não vai precisar declarar Imposto de Renda, porém essa regra pode ser alterada.

Hoje, o isento não é obrigado a declarar. Eu não sei se volta, porque antigamente existia a obrigação da declaração de isento. Isso deixou de existir de mais ou menos uns 10, 12 anos para cá, talvez um pouco mais. E a partir daí pode ser que isso retorne como forma de controle. Mas a priori, quem ganha até R\$ 5.000 vai ficar dispensado de declarar imposto de renda, explica.

Quando deve começar a valer a isenção?

A proposta do governo ainda tem um longo caminho pela frente até ser aprovada. Primeiro, é preciso que o texto com o projeto seja enviado ao Congresso Nacional para ser apreciado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

O processo nas duas Casas Legislativas é longo, podendo o texto ser revisto e alterado algumas vezes até a aprovação. A expectativa do ministro Fernando Haddad, porém, é de que a discussão se dê pelo ano de 2025 e que a reforma passe a valer já em 1º de janeiro de 2026.

E a cobrança de imposto para quem ganha mais de R\$ 600 mil por ano?

Para que seja viável isentar o Imposto de Renda de quem ganha até R\$ 5.000 por mês, a Fazenda propõe que quem ganha mais do que R\$ 600 mil por ano - ou mais de R\$ 50 mil por mês - seja taxado de forma mais justa. Segundo a pasta, atualmente, para o 1%

mais rico, a alíquota efetiva é de 4,2% sobre a renda e, para o 0,01% mais rico, a alíquota efetiva é de 1,75%.

Em coletiva à imprensa, Haddad falou em uma alíquota mínima de 10% sobre a renda dessa faixa da população . Porém, logo depois passou a circular a informação de que incidiria uma alíquota progressiva, chegando a 10% para quem ganha acima de R\$ 1,2 milhão por ano.

O professor Gabriel Quintanilha explica que a medida atingiria aqueles que atualmente não pagam tal imposto retido na fonte, como empresários.

A gente tem que esperar regulamentação, mas de acordo com a manifestação do Ministro da Fazenda, esses 10% só seriam pagos por aqueles que não paguem esse imposto. Ou seja, basicamente, aqueles que têm distribuição de lucros e dividendos. Porque o que acontece, se você ganha R\$ 600 mil de salário anual hoje, você já paga 27,5%, não tem como fugir disso. Você só foge disso, sendo você sócio de empresa ou investidor, que você recebe lucros de dividendos , afirma.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/isencao-no-ir-para-quem-ganha-ate-r-5000-o-que-muda-no-meu-salario-e-quando-comeca-a-valer,e316c59adedc0fffb90b407b5a0f57c43jicx685.html>

Como ficará a dedução dos gastos com saúde após as mudanças no Imposto de Renda? (Imposto de Renda)

Cristiane Gercina

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciou alterações na tabela e nas regras do Imposto de Renda . As medidas compõem a reestruturação fiscal e o novo pacote de ajuste econômico .

Trabalhadores, aposentados e pensionistas do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) e de regimes próprios, e **servidores públicos** com renda de até R\$ 5.000 ficarão isentos do IR . Hoje, a isenção está na faixa de até dois salários mínimos. Quem ganha mais de R\$ 50 mil pagará mais imposto .

Para compensar a medida, o ministro Fernando Haddad (PT) resolveu limitar uma despesa com saúde que impacta o imposto, que é a isenção para aposentados com doenças graves listadas na lei de quem ganha mais de R\$ 20 mil.

Segundo Haddad e seus assessores econômicos, a medida não impacta no direito de deduzir gastos com saúde, e isso não deverá mudar. As deduções das despesas médicas no IR não têm limite de valor, mas precisam seguir algumas regras. Hoje, elas são o principal motivo de malha fina.

O ministro anunciou que aposentados do **INSS** e de regimes próprios que não pagam Imposto de Renda porque têm doenças como câncer ou Aids, entre outras, vão perder essa gratuidade caso a renda seja acima de R\$ 20 mil.

O alto valor deve atingir **servidores públicos** de carreiras de elite, do Judiciário, militares e parlamentares. No caso de aposentados do **INSS**, o teto dos benefícios, hoje em R\$ 7.786,02, fica bem abaixo desse limite.

A isenção do IR em benefícios previdenciários está prevista na lei 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e inclui rendimentos como auxílio por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença), auxílio-acidente, aposentadoria por incapacidade permanente (antiga aposentadoria por invalidez) que seja decorrente de acidente em serviço e benefícios concedidos a

portadores de doenças profissionais ou doenças graves.

A isenção do IR sobre o benefício para quem é aposentado e tem doença grave ocorre só após o segurado passar por perícia no **INSS** ou órgão de saúde de regime próprio.

O exame pericial pode ser agendado no aplicativo ou site Meu **INSS** ou pelo telefone 135. Além do número do CPF e demais documentos pessoais, o segurado terá de apresentar laudos médicos que comprovem o direito.

As mudanças propostas por Haddad e sua equipe econômica devem impactar a declaração do IR de 2026, porque o início da validade está prevista para 2025. Portanto, na declaração do Imposto de Renda de 2025 nada muda.

As regras para declarar, no entanto, ainda serão apresentadas pela **Receita Federal** no final de fevereiro ou início de março, antes da entrega das declarações, que começa em 15 de março.

Os contribuintes continuam autorizados a deduzir gastos médicos que estejam ligados a clínicas e hospitais, profissionais como médicos e dentistas, exames e outros.

Os gastos com saúde são deduzidos da base de cálculo do IR, o que diminui o imposto a ser pago.

Essas despesas são declaradas na ficha "Pagamentos Efetuados" e devem ser comprovadas por meio de recibos e comprovante de pagamento. Caso sejam muito altas e/ou incompatíveis com a renda, podem levar o contribuinte à malha fina. Se a documentação estiver errada, a declaração também vai para a malha.

Dados de 2024 da **Receita Federal** mostram que os gastos com saúde lideram a lista de malha fina . Ao todo, 1,5 milhão de declarações ficaram retidas na malha neste ano, de um total de 45,5 milhões de documentos enviados neste ano .

Segundo o fisco, 6 em cada 10 declarações que

caíram na malha têm erro nas deduções com gastos em geral. Deste total, 51,6% tiveram a declaração retida por falha ao declarar despesas com saúde.

Em seguida, vêm a omissão de rendimentos, que representa 27,8% do total. Até 2022, a omissão de renda -seja do titular ou do dependente- era líder de malha fina.

O motivo, segundo especialistas, são a tentativa de deduzir gastos não permitidos em lei, a falta de recibo para comprovar as despesas e, em alguns casos específicos, documentos que não condizem com a realidade do gasto.

Quem cai na malha fina não recebe restituição e pode ainda sofrer punição com multas.

Site:

***[https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/12/como-
ficara-a-deducao-dos-gastos-com-saude-apos-as-
mudancas-no-imposto-de-renda.shtml](https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/12/como-ficara-a-deducao-dos-gastos-com-saude-apos-as-mudancas-no-imposto-de-renda.shtml)***

Saiba como corrigir erros no cadastro da aposentadoria do INSS (inss)

Júlia Galvão

O **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) publicou uma nova portaria que confirma alguns procedimentos de correção de erros no Cnis (Cadastro Nacional de Informações Sociais). O cadastro é o principal responsável pela liberação do benefício da **Previdência Social**.

O novo documento determina que os indivíduos podem solicitar, a qualquer momento, inclusão, alteração, ratificação ou exclusão das informações divergentes, extemporâneas ou insuficientes.

Rômulo Saraiva, advogado especialista em Previdência e colunista da Folha, diz que a partir de 2017, houve uma mudança para que iniciativa de corrigir tais erros só pudessem ocorrer no momento de pedir a aposentadoria.

Agora, a nova portaria traz outros caminhos para melhorar os dados do Cnis, que ajudam a evitar fraudes e a evasão financeira.

O Cnis é o documento que registra as contribuições feitas pelo segurado ao **INSS** ao longo de sua vida laboral e é referência para o cálculo da aposentadoria. Nem sempre as informações apresentadas nele representam fielmente a realidade, assim, é importante que o trabalhador acompanhe a exatidão do que está lá.

"Com alguns cliques, é possível monitorar com facilidade se os dados estão em conformidade. É com base nesse acúmulo de dados, realizado por várias décadas, que a análise de elegibilidade da aposentadoria e do melhor benefício serão dosados", diz Saraiva.

A nova portaria determina também que os períodos de aprendizado realizados até 16 de dezembro de 1988 serão considerados como tempo de serviço e contribuição.

Eles são válidos para períodos de frequência em escolas profissionais mantidas por empresas ferroviárias ou para o tempo de aprendizado em escolas industriais ou técnicas.

Para conferir o Cnis, é possível seguir o seguinte

passo a passo:

Os segurados que encontrarem erros em seu cadastro e desejarem atualizá-los devem realizar um processo de requerimento de atualização do Cnis.

Para isso, é ideal juntar os documentos que possam comprovar a retificação desejada. A solicitação pode ser feita pelo Meu **INSS**, mesmo canal em que o envio dos documentos ocorre.

Aqueles que preferirem também podem ligar para a central 135 ou ir presencialmente a uma agência do **INSS**. Em geral, esse atendimento é agendado. Dúvidas podem ser tiradas pela Central 135.

Saraiva afirma que os principais erros do Cnis apresentam relação com o valor do salário, data inicial ou final do contrato de trabalho e, na maioria dos casos, com a omissão de informações -como a falta de detalhamento sobre contratos de trabalho muito antigos e recolhimento por meio de carnê ou GPS (Guia da **Previdência Social**).

Nos casos de atividade exercida na administração pública, é comum a falta de dados sobre contratos temporários ou cargos comissionados.

É também possível que o trabalhador solicite a exclusão de um contrato de trabalho que consta em seu nome, mesmo sendo de outra pessoa; o acerto de vínculos e remunerações; e a correção de dados cadastrais -como nome social, nome civil, filiação, número do CPF e outros.

Quem precisar, também pode solicitar a inclusão de informações mesmo que a sua aposentadoria não esteja próxima.

"O ideal é que não se deixe para atualizar tais inconsistências na véspera de se aposentar. O **INSS** leva tempo para corrigir erros, mesmo que sejam simples. Quem deixa para organizar sua base de dados, caso exista alguma inconsistência, pode retardar ou mesmo atrapalhar a concessão administrativa da aposentadoria, a ponto de precisar levar o caso ao Judiciário", afirma o advogado.

Os trabalhadores rurais também têm direito ao acerto de dados do Cnis, mas a sua atualização costuma ter

algumas particularidades, pois esses segurados têm dificuldades com a documentação necessária para provar sua condição e nortear a própria aposentadoria.

Nesses casos, Saraiva diz que é comum que as provas para comprovação de uma determinada função tenham também depoimento de testemunhas.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/12/saiba-como-correr-erros-no-cadastro-da-aposentadoria-do-inss.shtml>

BC espera o mercado digerir o pacote fiscal - ALEX RIBEIRO

ALEX RIBEIRO

Alex Ribeiro é repórter especial e escreve quinzenalmente E-mail alex.ribeiro@valor.com.br

O mercado financeiro reprecifkcou o cenário para os juros depois do pacote fiscal.

Chegaram a 70% as chances de uma alta de juros de 0,75 ponto percentual na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central da semana que vem. A probabilidade de uma nova intensificação no ritmo de aperto em janeiro, para um ponto percentual, já é de 30%. A curva de juros embute uma taxa Selic ao fim do ciclo de aperto monetário superior a 14% ao ano, nos maiores níveis das últimas duas décadas.

O que o BC deverá fazer diante dessa reação do mercado? O futuro presidente da instituição, Gabriel Galípolo, disse na semana passada que não briga com o mercado. Mas transpareceu, num almoço com banqueiros organizado na sexta pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban), esperanças de que essas primeiras reações do mercado não sejam definitivas. "Esse processo está sendo digerido", afirmou Galípolo.

Ele citou três coisas que, em tese, podem fazer o humor do mercado melhorar um pouco, ainda que uma boa parte do estrago pareça definitivo. Primeiro, as medidas não são conhecidas nos detalhes e, portanto, os especialistas do mercado poderão rever as suas estimativas sobre seu o impacto. Segundo, ele citou os pronunciamentos dos presidentes da Câmara e do Senado que, no fundo, redimensionam as expectativas sobre a **reforma tributária** sobre a renda. Por fim, lembrou que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que o pacote não é uma bala de prata para resolver o problema fiscal. Ou seja, o governo pode lançar mão de novas medidas.

Há muitos pontos do pacote mal comunicados. Também na Febraban, Haddad disse que a Desvinculação de Receitas Orçamentárias (DRU) se tornou mais abrangente. A ministra do Planejamento, Simone Tebet, informou que a desvinculação dos gastos de saúde e educação das receitas - medida muito cobrada pelos especialistas - provocaria, na situação atual, uma paradoxal expansão da despesa, não contenção.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PDS-MG), colocaram vários poréns na tramitação da proposta de **reforma tributária** da renda. Disseram que não deverá atrapalhar o ajuste fiscal e que essa discussão tributária deve ficar mais para frente, em 2025. É possível que o projeto do governo tenha morrido.

O terceiro ponto citado por Galípolo será, talvez, o mais importante para nortear a execução da política monetária: a estratégia de consolidação fiscal do governo é gradualista.

Haddad disse que, ao longo do tempo, vai recalibrar as medidas para manter em pé o arcabouço fiscal e para cumprir as metas de superávit primário.

É a continuidade do que já vinha sendo feito na política fiscal. Ou seja, não houve modificações em relação às premissas incluídas pelo Copom no cenário central. Isso significa que, por ora, não se confirmaram dois cenários alternativos - um positivo e outro negativo- citados por membros do comitê.

O atual presidente do BC, Roberto Campos Neto, mencionou mais de uma vez a necessidade de um choque fiscal positivo. Seria um pacote forte o suficiente para mudar as expectativas do mercado, baixar o dólar e reancorar as expectativas de **inflação**. Junto, tudo isso poderia aumentar a eficácia da política monetária, permitindo subir menos a Selic.

Outro cenário alternativo que estava no radar do Copom era o simples abandono das regras fiscais, o que significaria a mudança do regime econômico. O diretor de assuntos internacionais do BC, Paulo Picchetti, disse em outubro que essa hipótese significaria não apenas um salto adicional do dólar e das expectativas de **inflação**, mas também uma transmissão mais forte dessas variáveis para a **inflação**.

O presidente da Febraban, Isaac Sidney, questionou Galípolo na sexta-feira se o Copom passaria a dar algum tipo de "guidance", ou indicação futura para os juros. Galípolo não respondeu diretamente, mas não parece provável algum "guidance".

O gradualismo na condução da política fiscal significa,

basicamente, a continuidade da incerteza, e deve reforçar a postura dependente de dados do Copom. A estratégia de aperto monetário adotada até agora parece funcionar para as circunstâncias atuais.

O Copom vai acelerar o ritmo de alta na semana que vem? Quando muda o comando do BC, como está prestes a acontecer, os novos dirigentes costumam ser mais conservadores para firmar sua credibilidade junto aos participantes do mercado. Mas integrantes do Copom têm repetido que não acreditam na estratégia de fazer um choque de juros como atalho. Preferem a consistência das decisões ao longo do tempo.

Se vier alguma aceleração do aperto monetário, portanto, provavelmente será porque, mesmo com todas as incertezas, o cenário exige mais. Picchetti disse, em outubro, que faz parte do trabalho do Copom recalibrar as suas projeções a cada reunião e tomar a sua decisão de acordo com as circunstâncias.

Embora possa nortear a decisão da semana que vem, essa projeção deverá dar poucas pistas sobre até que percentual chegará o aperto monetário. Ou seja, ninguém vai saber ao certo se o BC acha que o juro tem que ir para mais de 14%. O diretor de política econômica do BC, Diogo Guillen, vem dando ênfase na trajetória dos juros, definida ao longo do caminho para colocar a **inflação** na meta, em vez de um orçamento pré-definido.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador#/edition/188056?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador#/edition/188056?page=1§ion=1)**

O novo patamar do câmbio (Editorial)

Os seis primeiros meses da terceira gestão de Lula da Silva foram marcados por um importante recorde no câmbio: a queda acumulada do dólar de 6,93%, que representou a maior valorização do real em um primeiro semestre de governo desde 2007. O segundo período do ano não foi tão bom, mas, mesmo assim, ao fim de 2023 o dólar registrava baixa de 8% ante o real, a maior queda anual desde 2016. Hoje o mercado de câmbio está completamente diferente. O ano de 2024 ainda não terminou, e a alta da moeda americana no ano ronda os 25%, com a cotação do dólar de R\$ 6, recorde histórico.

Economistas apontam uma mudança de patamar e não apenas mera volatilidade, como afirmou Zeina Latif, em entrevista ao jornal O Globo. O mercado de câmbio, lembrou ela, está cada vez mais rígido e o comportamento do dólar tende a piorar um contexto inflacionário já desconfortável. Na primeira metade do ano, quando a mudança na relação cambial entre o dólar e o real começou a ganhar terreno, a visão da chegada a um novo patamar não estava assim tão cristalizada.

Avaliando a valorização do real do ano passado, é fácil enxergar a intensa relação entre o comportamento do câmbio e as pautas fiscais do governo. Na primeira metade de 2023, apesar do conturbado cenário externo, com a guerra entre Rússia e Ucrânia completando um ano, Lula da Silva, como era previsível, adotou comportamento mais moderado do que na época de campanha e, sob a coordenação do ministro Fernando Haddad, conseguiu aprovar o novo arcabouço fiscal e fazer andar a **reforma tributária**. As perspectivas eram de que o governo estava, enfim, caminhando em direção ao controle da dívida pública.

A entrada de capital estrangeiro aumentava à medida que também crescia a confiança no compromisso fiscal do governo, e a melhora das expectativas fez o Banco Central iniciar, em agosto, um ciclo de queda de juros. Os meses que se seguiram, porém, foram desmontando a confiança. Em abril de 2024, com apenas sete meses de vigência, o novo arcabouço teve as metas fiscais de 2025 e 2026 revisadas. A ideia de superávit em 2025 foi abandonada; em 2024 o governo passou a aceitar passivamente o rombo de até R\$ 28,8 bilhões, que periga ser ultrapassado. Naquele abril, o dólar disparou 5,25% em uma semana, atingindo R\$ 5,26, mas Haddad atribuiu "dois terços" da alta a incertezas vindas dos Estados Unidos.

Hoje é possível perceber com clareza que é a incerteza interna o maior motor da alta do dólar. A despeito do esforço da equipe econômica e das sucessivas promessas de buscar o equilíbrio das contas, está cada vez mais patente que política fiscal não é prioridade no governo e a forte resistência vinda do próprio presidente Lula mina a credibilidade dos discursos em contrário dos ministros do Planejamento, Simone Tebet, e da Fazenda.

Mesmo antes da divulgação do mirrado pacote de corte de gastos, o Boletim Focus, do Banco Central, já indicava dólar a R\$ 5,70 no fim do ano. No atual contexto, o dólar a R\$ 6 representa, de fato, um novo patamar, com consequências por certo desastrosas para **inflação** e juros.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Reforma da renda rumo para hibernação após reação de líderes

Maria Cristina Fernandes De São Paulo

O pacote do ajuste fiscal pareceu menos indigesto depois do almoço da Febraban na sexta-feira (29), em São Paulo. Nas falas e conversas dos três ministros (Fernando Haddad, Simone Tebet e Estier Dweck), e do diretor do Banco Central Gabriel Galípolo com banqueiros e executivos do mercado financeiro presentes, o clima parecia mais desanuviado. O dólar, que abriu em R\$ 6,10 e recuou para R\$ 6, parecia confirmar a descompressão.

E não foi apenas pelo chá de capim santo servido durante o almoço. Pela manhã, os presidentes da Câmara, Arthur Lira, e do Senado, Rodrigo Pacheco, falaram com Haddad. O que deveria ser dito? "O mesmo que foi dito para o presidente ontem, ora." Na tarde de quinta, tanto Lira quanto Pacheco estiveram no Palácio do Planalto e disseram a Lula que o ajuste fiscal teria mais chances no Congresso do que a reforma da renda.

Antes que Haddad chegasse à Febraban, Lira e Pacheco, à distância, já haviam servido o aperitivo. O presidente da Câmara foi ao X para reafirmar o compromisso "inabalável" com o arcabouço fiscal ante os impactos sobre os mais pobres da inflação e dólar altos. O mesmo não disse em relação à reforma da renda: "Qualquer outra iniciativa governamental que implique renúncia de receitas será enfrentada apenas no ano que vem, e após análise cuidadosa e sobretudo realista de suas fontes de financiamento e efetivo impacto nas contas públicas".

Em seguida, em nota à imprensa, o presidente do Senado lhe fez coro. Disse que o Congresso deve apoiar as medidas de ajuste, ainda que não sejam muito "simpáticas", mas acrescentou que a questão do IR "embora seja um desejo de todos, não é pauta para agora".

O aperitivo parlamentar com a perspectiva de o capítulo da renda hibernar no Congresso, a fala dos ministros-e o chá-haviam cuidado de baixara temperatura. "O teto de R\$ 5 mil para isenção do IR pode ser alterado pelo Congresso, que terá a palavra final", disse Haddad, depois de levar a platéia ao único momento de riso do encontro ao dizer que não precisava convencer nenhum de seus colegas da importância do ajuste - "às vezes tenho que convencer

o presidente Lula".

A despeito de ter sido denotado pela inclusão da isenção do IR até R\$ 5 mil, decidida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na segunda-feira, um dia antes da gravação do pronunciamento do ministro da Fazenda, que foi ao ar na quarta-feira, Haddad parece, de fato, confiar na trava reforçada pela reforma tributária, a de que nenhuma reforma do IR será votada se não for neutra do ponto de vista fiscal. Como o Congresso não parece disposto a votar a medida de compensação à isenção, a taxação da renda acima de R\$ 50 mil, a hibernação da reforma da renda é apenas uma consequência.

Galípolo, que sucedeu a Haddad no palco da Febraban e indicado por Lula para dirigir o Banco Central no lugar de Roberto Campos Neto, disse que a instituição não recebe comando por "post em rede social" nem é lugar para "Miss Simpatia" e que o debate da renda demandaria um "debate mais amplo" no Congresso no ano que vem.

Simone Tebet, terceira a falar, reconheceu que o pacote havia sido mal **comunicado** no dia anterior, mas disse que, a partir de agora, o governo facilitaria o trabalho do BC mirando o centro da meta de déficit primário em 2025. Quando a ministra da Gestão, Esther Dweck, iniciou a última das falas do encontro, a tensão já havia se dissipado.

Haddad levantou-se antes que a sobremesa fosse servida. Depois da derrota sofrida na quinta, o encerramento da semana mostrava que ainda tem jogo. O ministro parecia ter mantido o crédito daqueles que, dois anos atrás, antes mesmo que assumisse o ministério, naquela mesma ocasião de almoço de fim de ano, lhe haviam conferido um voto de confiança. O mesmo talvez não possa ser dito em relação ao presidente da República.

Site:

<https://valor.globo.com/virador#/edition/188056?page=1§ion=1>

"Congresso vai discutir e votar medidas ainda neste ano", diz Padilha

Fabio Murakawa, Andréa Jubé e Fernando Exman De Brasília

O ministro da Secretaria de Relações Institucionais e articulador político do governo, Alexandre Padilha, afirmou que está confiante na aprovação pelo Congresso das medidas de contenção de gastos até o fim do ano, e que tem o compromisso dos presidentes das duas Casas legislativas nesse sentido.

Nesta entrevista ao Valor, ele admitiu que o Legislativo poderá ampliar os cortes propostos pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e esclareceu que o debate sobre a ampliação da isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil ocorrerá somente no ano que vem, com efeito em 2026. Ele sustenta que o impacto será "neutro".

Padilha acrescentou que existe ambiente político para que as medidas tramitem com agilidade. Em parte, em razão do acordo entre Legislativo, Executivo e Judiciário sobre o novo rito das emendas parlamentares ao Orçamento. A suspensão do pagamento dos recursos paralisou o Congresso nas últimas semanas. Mas o novo formato, sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ainda aguarda a chancela do ministro Flávio Dino, relator do tema no Supremo Tribunal Federal (STF).

Sem citar Dino, Padilha indicou a necessidade de um desfecho para o impasse. "Um acordo construído e que signifique um avanço é mais efetivo do que às vezes você manter apenas a sua posição do que considera ideal."

Padilha disse que terá boa relação com os presidentes virtualmente eleitos da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), a partir de 2025. Minimizou o azedume com o presidente Arthur Lira (PP-AL), com quem não dialoga. Sobre isso, disse que a única coisa que lhe tirou o sono nos últimos dois anos foi o risco de rebaixamento do Corinthians, que, por ora, está superado. Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista:

Valor: Quais são as perspectivas de aprovação do pacote no Congresso ainda neste ano?

Alexandre Padilha: Eu estou muito confiante no

compromisso do Congresso Nacional como um todo, em nos concentrarmos neste ano na votação e na aprovação dessas medidas que consolidam o arcabouço fiscal. É mais uma demonstração para toda a sociedade, para os atores econômicos, que este governo fará absolutamente de tudo para cumprir o marco fiscal. A receptividade foi muito boa, positiva tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado.

Valor: Mas por que conciliar o pacote de contenção de gastos com a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda (IR)? Não gerou ruído desnecessário?

Padilha: Ficou muito nítido na reunião com os presidentes das duas Casas que o governo tinha de encaminhar ainda neste ano uma proposta de reforma da renda. Porque isso foi aprovado na emenda constitucional da **reforma tributária**, estabelecendo um prazo para encaminharmos a regulamentação dos **tributos** do consumo e uma proposta para a reforma da renda. Também ficou muito clara a posição do governo de que esse debate da reforma da renda vai acontecer ao longo do ano que vem.

Valor: Qual a estratégia para acelerar a tramitação?

Padilha: Vamos trabalhar para ser o rito mais rápido possível, a partir da iniciativa do líder do governo [que já apresentou duas propostas na sexta-feira] e aproveitar outras PECs que estão em tramitação - algumas já estão prontas para o plenário, outras estão em tramitação em comissões especiais. O fundamental é que tem um compromisso da Câmara e do Senado de discutir e votar ainda neste ano essas medidas.

Valor: O anúncio conjunto das medidas de corte e da isenção do IR para a faixa de renda de até R\$ 5 mil foi uma opção política para conciliar uma notícia boa e uma amarga?

Padilha: Primeiro que eu acho que as duas notícias são boas. Nós estamos garantindo as medidas necessárias para a conformidade do crescimento das despesas, para encaixá-las numericamente naquilo que são as metas do arcabouço fiscal. E, do ponto de vista da justiça [tributária], ser um país mais justo, mais eficiente. O presidente Lula e o ministro Fernando Haddad estão encaminhando para o

Congresso para ter o debate adequado [da reforma da renda] todo o ano de 2025, e para começar a valer em 2026.

Valor: Mas anunciar junto não causou uma confusão? O dólar ultrapassou a marca de R\$ 6.

Padilha: O que causou a confusão, infelizmente, foram vazamentos que só interessam a ataque especulativo para não sei quem ganhar dinheiro com isso. Porque teve vazamento dizendo que ia ser válido a partir de 2025, que ia ter um impacto fiscal já em 2025, e ainda soltaram números sobre o impacto fiscal possível.

Valor: O senhor não acha que essa insatisfação dos agentes econômicos também se deve à avaliação de que foi um pacote tímido?

Padilha: Eu quero reafirmar que o nosso compromisso é cumprir o arcabouço fiscal. E este governo concluiu o segundo ano seguindo à risca suas metas fiscais, algo que é inovador no Brasil nos últimos dez anos. O nosso compromisso é com o marco fiscal que nós construímos, o nosso compromisso não é com a agenda do [ex-ministro da Economia] Paulo Guedes, não é com aquilo que o Guedes prometeu para alguns e não entregou, não é com a agenda do [presidente argentino, Javier] Milei.

Valor: Ou seja, não vai ceder às pressões para, por exemplo, desvincular o Benefício de Prestação Continuada (BPC) do salário mínimo.

Padilha: Não estou falando isso. Para cumprir o marco fiscal, tecnicamente, o governo viu pelos dados e pelos seus compromissos políticos que isso não é necessário.

Valor: Um vice-líder do governo [Pedro Paulo, PSD-RJ] apresentou uma PEC junto com os deputados Kim Kataguiri (União-SP) e Júlio Lopes (PP-RJ) sugerindo medidas de corte mais duras. Como o senhor viu esse movimento?

Padilha: O que eu vejo é a posição dos líderes dos vários partidos, do líder do governo, o compromisso de apoiar essas medidas. Os parlamentares, individualmente, têm causas históricas, posições históricas. Faz parte do papel deles.

Valor: Ela vem de partidos da base que ocupam ministérios...

Padilha: Quer dizer que o Kim Kataguiri é integrante da base?

Valor: Ele é do União Brasil, que tem três ministérios na Esplanada...

Padilha: Você está falando de partidos que têm muita fragmentação, e que têm posições históricas sobre várias questões.

Valor: Mas o senhor não acha que o Congresso poderá ampliar o alcance das medidas do governo?

Padilha: A grande arte deste governo é respeitar o protagonismo do Congresso. Tudo o que venha a consolidar o cumprimento do marco fiscal será bem-vindo.

Valor: Vocês esperam muita resistência para travar a tributação de quem tem renda mais alta?

Padilha: Nessas três semanas, o governo estará concentrado nas medidas que construíram o marco fiscal. Ao longo do ano que vem, vai ter o debate da reforma da renda. Vamos fazer uma reforma de renda neutra do ponto de vista fiscal. Ela nem vai aumentar a arrecadação nem vai deteriorar a situação fiscal do país. Não vai aumentar R\$ 1 de arrecadação e não vai diminuir R\$ 1. Essa mensagem é muito importante.

Valor: Mas o Congresso não acabou de votar a reforma do consumo, falta concluir no Senado, e ainda voltará à Câmara. Isso não vai atrasar a votação do pacote fiscal neste ano?

Padilha: Eu ouvi de novo do presidente [Rodrigo] Pacheco que o trabalho e esforço do Senado será para concluir a votação neste ano, e acredito que a Câmara também vai votar. Estamos no encerramento do mandato dos presidentes das duas Casas, que tiveram um papel muito importante na aprovação da **reforma tributária**. Acho até justo que se conclua essa votação até o fim do ano.

Valor: A questão das emendas parlamentares está resolvida? O impasse sobre elas e a suspensão dos pagamentos eram empecilhos ao avanço dos projetos do governo.

Padilha: Eu acho que nós demos um passo importante, além do governo e Congresso, que foi adequar o crescimento das emendas parlamentares ao arcabouço fiscal. É um compromisso importante que o Congresso assumiu junto com o Executivo. Então, a expectativa é que a gente possa dar um passo de avanço. Às vezes não é o ideal para alguma pessoa, para alguma instituição, para algum Poder. Mas um acordo construído e que signifique um avanço é mais efetivo do que às vezes você manter apenas a sua posição do que considera ideal.

Valor: Outra prioridade do governo até o fim do ano é a aprovação dos diretores do Banco Central?

Padilha: O presidente do Senado sinalizou que há disposição de analisar e votar neste ano.

Valor: O anúncio do pacote coincidiu com a revelação da investigação sobre a tentativa de golpe de Estado envolvendo militares. Essas revelações ajudaram a inclui-los?

Padilha: Não tem relação nenhuma. Até porque esse debate era anterior a essas revelações. Teve o envolvimento do Ministério da Defesa e do Alto Comando em concordar e incluir no pacote o fim dessas distorções. E isso mostra o quanto foi importante o papel do comando das Forças Armadas em não embarcar no plano criminoso.

Valor: Houve críticas de aliados e da militância de que a reação do governo às revelações da Polícia Federal foi morna. Concorda?

Padilha: Não. O que se espera de um presidente da República e do governo é uma reação firme à tentativa de golpe. E isso estamos tendo desde o primeiro dia. Nós não admitimos qualquer possibilidade de passar pano a criminosos, de se interromper o processo de apuração, de julgamento. A ação tem que ser firme e pedagógica.

Valor: O deputado Hugo Motta (Republicanos-PB) e o senador Davi Alcolumbre (União-AP) estão virtualmente eleitos presidentes da Câmara e do Senado, com votos também de bolsonaristas. E não se comprometeram nem com a votação nem com o arquivamento do PL da anistia. O que o governo espera deles?

Padilha: [O que espero é] a postura que o Hugo Motta tem tido desde 1-de fevereiro de 2023, de um líder que concentrou esforços na agenda econômica, social e sustentável. Que esteve junto com o governo na **reforma tributária**, no marco fiscal. Sempre esteve junto conosco, votando na defesa da democracia. Ele também teve um papel muito importante na CPMI do golpe, na CP-MI do MST. A expectativa que eu tenho é a melhor possível, e com o Davi Alcolumbre, a mesma coisa.

Valor: Vai ser um alívio ter finalmente um presidente da Câmara com quem o senhor dialogue, depois desse rompimento público com o Arthur Lira?

Padilha: A única coisa que me incomodou nesses dois anos, e que me fazia às vezes perder o sono, era a situação do Corinthians no futebol masculino. Até o Corinthians já saiu da situação [risco de rebaixamento].

Valor: Vai ter **reforma ministerial** no ano que vem?

Padilha: Eu nunca ouvi o presidente falar de **reforma ministerial** nesse governo. E quem decide isso, e o tempo [de fazer] é ele.

Valor: Mas ele vem cobrando publicamente de alguns ministros mais empenho na defesa do governo, sugerindo insatisfação...

Padilha: O presidente Lula tem um compromisso muito grande em fazer com que aquilo que ele anunciou aconteça. Por exemplo, ele tem uma grande obsessão que é fazer o Acredita funcionar do jeito que foi construído e anunciado.

Valor: A obsessão com o Acredita [programa de estímulo ao empreendedorismo], de alcançar esses trabalhadores autônomos, tem relação com o mau desempenho do PT na eleição municipal?

Padilha: Não tem relação com a eleição, mas com a percepção de uma liderança que sempre busca estar conectado com as aspirações do povo. O presidente Lula convive com as pessoas, com os filhos de metalúrgicos como ele, que hoje são empreendedores, e que assumiram outros papéis na atividade econômica. Ele está sempre conectado com a sociedade.

Site:

<https://valor.globo.com/virador#/edition/188056?page=1§ion=1>

Governo federal comete engano em publicidade

A Secretaria de Comunicação Social (Secom) do governo Lula fez uma publicação com uma mensagem equivocada nas redes sociais, afirmando que o Executivo já enviou ao Congresso a proposta para isentar do Imposto de Renda quem ganha até R\$ 5 mil mensais - promessa de campanha do presidente. O governo anunciou a proposta na última semana, junto com o pacote de contenção de gastos, mas não enviou o projeto formalmente ao Legislativo.

Segundo integrantes do Poder Executivo, o texto só será enviado ao Congresso e discutido em 2025, como parte da **reforma tributária** da renda, para ser implementado em 2026. Ainda não há data anunciada para o envio do projeto de lei. Procurados, a Secom e o Ministério da Fazenda não se manifestaram.

A publicação traz uma chamada classificando o Imposto de Renda zero como o "campeão da semana". "O governo enviou ao Congresso proposta para ampliar a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil. Essa é a maior reforma do Imposto de Renda da história", diz o post, com a informação errada.

A proposta do governo isenta a cobrança do im-

EXTRA

posto para quem recebe até R\$ 5 mil mensais e, como medida de compensação, impõe uma alíquota mínima para quem recebe acima de R\$ 50 mil.

Segundo o Ministério da Fazenda, a isenção provoca uma perda de arrecadação de R\$ 35 bilhões, que será compensada pela taxaação dos mais ricos. Economistas do mercado financeiro, porém, estimam um custo maior, em torno de R\$ 45 bilhões.

O anúncio da isenção provocou uma reação negativa do mercado financeiro, levando o dólar a fechar acima de R\$ 6 pela primeira vez na história. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, se queixou do vazamento da proposta. Na coletiva de imprensa durante o anúncio do pacote, ele destacou que a prioridade do Executivo é votar as medidas de corte de gastos, para depois discutir a reforma do Imposto de Renda e votá-la em 2025, com implementação em 2026. Os presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG),

entraram em campo para apaziguar o mal-estar causado pelo anúncio e também afirmaram que a discussão da isenção do IR ficará para depois, e somente será aprovada se houver condições econômicas para isso.

Site: https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-136152-7aabecd32d1527cfa70e6607c0793e02.pdf

Após alta do dólar, Pacheco condiciona isenção do IR à situação fiscal

Depois que o dólar bateu novo recorde nesta sexta-feira (29) e chegou a passar de R\$ 6,10, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), divulgou nota em que afirma que não haverá **reforma tributária** da renda caso não haja condições fiscais para isso.

"A questão de isenção de IR [Imposto de Renda], embora seja um desejo de todos, não é pauta para agora e só poderá acontecer se, e somente se, tivermos condições fiscais para isso. Se não tivermos, não vai acontecer.

Mas esta é uma discussão para a frente, que vai depender muito da capacidade do Brasil de crescer e gerar riqueza, sem aumento de **impostos**", afirmou Pacheco.

Analistas de mercado têm indicado que a alta do dólar tem relação com o anúncio do governo de isentar do Imposto de Renda (IR) quem recebe até R\$ 5 mil mensais, taxando em mais 10% aqueles que ganham acima de R\$ 50 mil.

O diretor executivo do Brasil no Fundo Monetário Internacional (FMI) e professor de economia licenciado da Universidade de Brasília (UnB), André Roncaglia, disse à Agência Brasil que esta é uma reação defensiva dos gestores de ativos financeiros que não sabem como será a tributação dos mais ricos que hoje não pagam **impostos** sobre dividendos, por exemplo.

"A mensagem foi mal recebida por parte do mercado financeiro que, de repente, estava pedindo corte de gastos e viu que vai ter que participar do ajuste por meio de um aumento na tributação sobre os rendimentos do topo da pirâmide. Os investidores acabam jogando contra o real, não porque eles querem jogar contra a moeda, mas porque é uma reação defensiva, já que eles não sabem para onde vai a política tributária", explicou.

Para o economista e professor da UnB César Bergo, o mercado exagerou na reação, uma vez que as propostas de isenção do Imposto de Renda só serão discutidas em 2025. "Essa especulação momentânea ocorre até que sejam bem esclarecidas as medidas, considerando inclusive que a isenção do Imposto de Renda não entraria em vigor em 2025. Se entrar em vigor, vai ser só em 2026. Me parece um pouco de exagerado do mercado.

Então, pode acontecer de, nos próximos dias, o dólar realmente mostrar menos volatilidade", disse Bergo à Agência Brasil.

Ao apresentar as propostas aos líderes do Senado, nesta quinta-feira (28), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o ruído gerado no mercado tem relação com as propostas de **reforma tributária** sobre a renda e pontuou que as mudanças terão impacto fiscal neutro, ou seja, o que for isentado de um lado, terá que ser compensado de outro.

"A reforma, tanto do consumo quanto da renda, é neutra do ponto de vista fiscal. Ninguém está disposto a votar uma reforma que não seja neutra. Isso será observado na lei ordinária que regula a matéria da reforma da renda", explicou Haddad

Site: <https://jornaldodiase.com.br/capas-do-dia/>

PEC das Praias volta à pauta do Senado, mas deve dividir atenções com a Reforma Tributária; veja perguntas e respostas

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), pautou a discussão da proposta de emenda à Constituição que prevê o fim da propriedade exclusiva da União sobre terrenos de marinha, conhecida como PEC das Praias para esta quarta-feira (leia perguntas e respostas abaixo).

O tema, porém, terá que dividir as atenções com a regulamentação da **Reforma Tributária**, que pode ter o relatório entregue na mesma comissão nesta semana. Além disso, a polêmica em torno do tema, polarizado entre oposição e base governista, deve levar a entraves na pauta.

O PT e o governo devem pedir vista, ou seja, mais tempo para analisar a proposta, estendendo debate por pelo menos mais uma semana.

A proposta é relatada pelo senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). O retorno da discussão na CCJ ocorre em meio a campanha de Alcolumbre para a eleição à presidência da Casa no próximo ano.

- Acho complicado pautar esse tema agora. A semana será sobre **Reforma Tributária** - disse o líder do União Brasil, Efraim Filho (União-PB).

O texto prevê a transferência integral dos chamados terrenos de marinha aos atuais ocupantes, sejam particulares, ou de estados e municípios. Hoje, por compartilharem a propriedade desses terrenos com a União, que detém 17% do valor, os moradores dessas áreas pagam duas taxas para a União, chamadas de Foro e Laudêmio. O texto acaba com o pagamento desses **impostos**.

Em relatório divulgado em julho deste ano, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) acrescentou um parágrafo que garante a continuidade do acesso público e gratuito às praias. O trecho não estava no texto original e ambientalistas temiam que a transferência de propriedade dos terrenos próximos a faixa de areia pudessem levar a privatização de intervalos de areia.

"As praias são bens públicos de uso comum do povo, sendo assegurado, sempre, livre e franco

acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido, ressalvados os trechos considerados de interesse de segurança nacional ou incluídos em áreas protegidas por legislação específica, não sendo permitida qualquer forma de utilização do solo que impeça ou dificulte o acesso da população às praias, nos termos do plano diretor dos respectivos municípios", afirma trecho acrescentado pelo relator.

- Isso não impede o avanço da Reforma (Tributária). É um tema antigo e precisa de uma decisão do Parlamento. Proprietários de imóveis existentes na costa do Brasil deixarão de pagar essas taxas anuais e as pessoas mais pobres terão direito ao título definitivo de suas propriedades, podendo deixar de herança para seus filhos e netos. O governo é contra a PEC porque perde arrecadação - disse o senador.

A transferência de propriedade seria gratuita quando feita para habitações de interesse social, com população de baixa renda, e para estados e municípios. Para demais proprietários, a transferência seria paga, de acordo com padrões a serem estabelecidos pela União. Nas áreas não ocupadas, a propriedade continuaria sendo da União.

- A posição do governo é contra a proposta. Se aprovar uma proposta dessa, um país com as praias que tem, tem possibilidade de sombreamento das praias, comprometimento do meio ambiente - disse o líder interino do governo, Otto Alencar (PSD-BA).

O texto do relator ainda permite que ocupações não registradas em órgãos federais, ou seja, que não pagam **impostos**, também sejam regularizadas, desde que estejam ocupando o local por pelo menos cinco anos antes da aprovação da lei. Como uma adaptação do usucapião.

Ambientalistas argumentam que, sem a proteção da legislação federal uniforme para todo o país, pode haver o risco de grandes empreendimentos que ocupem áreas inteiras frente a trechos de praia, com possível degradação de biodiversidades, além de sombreamento excessivo nas faixas de areia. Os terrenos de marinha estão localizados em áreas ambientalmente frágeis, como mangues, restingas,

campos de dunas e resquícios de Mata Atlântica.

Polêmicas nas redes

O tema saiu da discussão política e mobilizou influenciadores e personalidades, como Luana Piovani e o jogador Neymar, que chegaram a bater boca e trocar ofensas pelas redes sociais. Flávio Bolsonaro foi às redes defender o texto e afirmou que a história sobre privatização era narrativa da esquerda. Com a volta do tema na agenda no Senado, Piovani voltou às redes sociais para repercutir a discussão, e pedir que a sociedade permaneça atenta sobre o debate.

À época, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, declarou que o Palácio do Planalto era contra a PEC. A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, também criticou o texto, e citou impactos ambientais que podem vir a partir da aprovação da medida, mas afirmou que o Congresso Nacional tem uma dinâmica própria.

Entenda em 12 pontos a proposta no Senado.

O que dizem os defensores da PEC das Praias?

Defensores da proposta veem potencial de desenvolvimento econômico nas regiões e maior arrecadação para a União, que no ano passado recolheu R\$ 1,1 bilhão relativo a taxas de 564 mil imóveis nessas áreas.

O que dizem os críticos da PEC das Praias?

Já os críticos argumentam que, fora do guarda-chuva da Superintendência Patrimonial da União, aumentam as possibilidades de fechamento de acessos a praias, desmatamento e outros riscos ambientais.

- Esses terrenos, importantes pela proteção da biodiversidade, ficarão mais suscetíveis à especulação imobiliária - diz Juliana de Melo, professora de direito ambiental da Universidade Federal do Ceará.

O que determina a PEC das Praias?

A PEC determina que as regras incidam apenas sobre as áreas já ocupadas, e que as desocupadas sigam sob posse da União. O governo Lula se posicionou contra o projeto.

Veja perguntas e respostas sobre a PEC das Praias

O que prevê a PEC das Praias?

A transferência da posse integral dos terrenos de marinha - hoje compartilhada pela União e pelos proprietários dos imóveis - a seus ocupantes, sejam

estados, municípios ou particulares.

Qual a principal justificativa dos defensores da PEC?

A regularização de imóveis pertencentes à União nos terrenos de marinha. Segundo Flávio Bolsonaro, relator da proposta, a intenção é "acabar com o pagamento de taxas absurdas". Hoje, por compartilharem a propriedade desses terrenos com a União, que detém 17% do valor, os moradores dessas áreas pagam duas taxas para a União, chamadas de foro e laudêmio.

Moradores dos terrenos de marinha são considerados proprietários de imóveis?

Eles são juridicamente conhecidos como "enfiteutas", o que garante o "direito de uso privativo e posse permanente daquele bem que na realidade pertence à União". A propriedade permanece sendo, a rigor, da União, "porque a área de praia é fundamental para a segurança nacional".

A PEC vai privatizar as praias?

O texto não trata de praias, que são bens públicos de uso comum do povo, com acesso livre ao mar garantido. Isso não mudaria na lei. No entanto, ambientalistas argumentam que, sem a proteção da legislação federal uniforme para todo o país, pode haver o risco de grandes empreendimentos que ocupem áreas inteiras frente a trechos de praia, conseguirem autorizações municipais para fechamento de acessos a praias ou de supressão de vegetação de restinga com maior facilidade. As leis urbanísticas não seriam alteradas, mas construtoras e redes hoteleiras passariam a ser as únicas proprietárias de terrenos nesse espaço, o que poderia no futuro garantir maiores permissões de intervenções.

Como aconteceria a venda dos terrenos?

A PEC diz que a transferência aconteceria mediante uma venda, mas não há detalhes. A negociação precisaria ser com a União. Segundo o texto, o poder público deverá tomar providências - como uma nova lei de regulamentação da PEC - em dois anos.

O morador será obrigado a comprar a parte federal?

O texto não deixa claro essa obrigação nem fala em prazos ou valor. Mas como a intenção é extinguir os terrenos de marinha, entende-se que moradores precisarão adquirir os 17% do terreno hoje pertencentes à União.

Estados e municípios também poderão ter a posse dos terrenos?

A PEC transfere os terrenos da marinha a estados e municípios, gratuitamente, onde eles já forem ocupantes, por exemplo, com equipamentos públicos.

Há necessidade de uma PEC para regularização fundiária desses terrenos?

Não. A regularização já é possível através da SPU, mas defensores do projeto dizem que a União não tem o devido controle e nunca registrou a totalidade dos imóveis em terrenos de marinha.

Como fica a situação de moradores de comunidades tradicionais ou de favelas em terrenos de marinha?

Segundo a PEC, moradores de áreas de habitação social terão a transferência dos terrenos de forma gratuita, mas não há detalhes do processo. Na SPU, não há informações precisas de quantas áreas de especial interesse social ficam em terrenos de marinha no Brasil. Por isso, críticos do projeto alertam para os riscos de insegurança jurídica e de remoção de moradores de favela ou de comunidades ribeirinhas tradicionais.

Quais são os principais riscos de impactos ambientais apontados?

Os terrenos de marinha estão localizados em áreas ambientalmente frágeis e relevantes, com uma rica biodiversidade, como mangues, restingas, campos de dunas e resquícios de Mata Atlântica. Portanto, se houver afrouxamento da proteção, por exemplo, com resorts como único proprietário de terrenos com restingas e dunas, impactos podem ser graves.

Quanto a União ganharia com transferência de terrenos?

Não há informações disponíveis sobre essa estimativa. Juristas alertam que é importante ter noção desses números antes de pautar o projeto, para se calcular o impacto diante da perda de arrecadação com as taxas.

Quantos imóveis em terrenos de marinha existem hoje no país?

Segundo o Ministério da Gestão e Inovação, há 564 mil imóveis registrados. O governo arrecadou, em 2023, R\$ 1,1 bilhão com as taxas de foro e laudêmio. A pasta estima que o valor poderia ser cinco vezes maior, com um total de quase 3 milhões de construções nas áreas próximas ao mar, mas que não foram oficializadas. Hoje, 20% dos valores arrecadados são repassados para os municípios.

Regras atuais para os terrenos de Marinha

Como ficará se a PEC for aprovada

A reportagem foi produzida com informações prestadas pelos especialistas:

Site:

<https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2024/12/02/pec-das-praias-volta-a-pauta-do-senado-mas-deve-dividir-atencoes-com-a-reforma-tributaria-veja-perguntas-e-respostas.ghtml>

Pacote da Fazenda é bom, mas não resolve desequilíbrio fiscal

Felipe Salto

O anúncio das medidas de ajuste fiscal pelo Ministro Fernando Haddad foi positivo. Entretanto, maculou-se pela mistura com o tema da mudança na faixa de isenção do Imposto de Renda e não contemplou o volume suficiente de economias para reequilibrar as contas públicas.

É assim que o dólar continua acima de R\$ 6, patamar alcançado após o anúncio do pacote, e os juros futuros estão bastante pressionados. Na sexta-feira, a temperatura diminuiu um pouco após as falas do Ministro da Fazenda em evento da Febraban e do Presidente da Câmara Arthur Lira, que prometeu apoiar todas as medidas de ajuste.

A coesão do mundo de Brasília será fundamental para que a economia volte aos eixos. Conviver com a "pressão alta" do câmbio e dos juros por muito tempo é perigoso, pois pressionará o próprio Banco Central e acabará prejudicando o crescimento econômico.

No pacote divulgado na semana passada, há mudanças para diferentes rubricas orçamentárias e programas que, há tempos, demandavam uma revisão. Isso tem de ser reconhecido e aplaudido. O governo está propondo alterar, principalmente:

- a) A regra do salário mínimo;
- b) O modo de operação e alguns critérios de concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC);
- c) As regras do Abono Salarial;
- d) A contabilização de despesas da Educação e do Fundeb;
- e) As regras para previdência dos militares;
- f) Os subsídios e subvenções;
- g) A regra do Fundo Constitucional do DF; e
- h) Acionamento de gatilhos no Novo Arcabouço Fiscal.

Estimamos, na Warren Investimentos, que os ganhos com o pacote podem chegar a cerca de R\$ 20 bilhões,

em 2025, e a algo como R\$ 25 bilhões em 2026. Diversas medidas, como a alteração do abono e a limitação do crescimento do salário mínimo, têm potencial para produzir efeitos permanentes relevantes sobre a dinâmica fiscal.

O Congresso precisará apreciar as iniciativas enviadas pelo Executivo, com celeridade, para ajudar a materializar esses efeitos pretendidos. Falta pouco tempo até o final do ano e a agenda legislativa está abarrotada de questões importantes em aberto: a LDO, a LOA, os dois projetos da reforma tributária do consumo e, agora, o pacote fiscal.

As contas públicas estão fragilizadas pela ocorrência de déficits há longos anos. Para 2024, o governo deverá entregar o cumprimento da meta fiscal, mas usando a prerrogativa da chamada banda inferior da meta zero (que, na prática, permite entregar um déficit) e descontando gastos com créditos extraordinários para o Rio Grande do Sul.

O resultado efetivo, portanto, em 2024, deverá circundar os R\$ 54 bilhões, pelas nossas contas. Um déficit ainda preocupante, mas muito mais baixo do que o observado em 2023, de mais de R\$ 230 bilhões. Para reequilibrar as contas e, sobretudo, obter as condições de sustentabilidade da dívida como proporção do **PIB**, o governo tem uma tarefa difícil: produzir superávites primários.

O novo pacote pode ajudar a superar esse desafio, mas é claramente insuficiente. A intensidade das medidas precisa ser maior e o pacote terá de ser complementado com novas ações. Isso sem contar a necessária providência de cortar gastos discricionários ainda disponíveis à tesoura, no ano que vem, para entregar a meta e não ferir o Novo Arcabouço Fiscal.

Em que pese a Fazenda ter acertado no teor das medidas, tomando decisões relevantes, sobretudo considerando-se a base do governo, que pressionava para evitar qualquer modernização e promoção de ajuste, falta muito para atingirmos um resultado razoável nas contas públicas. Além disso, o pacote acabou se misturando com o anúncio de mudanças na tributação da renda que podem ter forte impacto fiscal.

A alteração na tributação da renda é fundamental e deve ser debatida. Ela é injusta, porque os ricos

pagam muito menos do que deveriam e isso pode e deve ser corrigido. Não é trivial, no entanto, promover essa reforma. Ficou parecendo improvisado anunciar a mudança na faixa de isenção do Imposto de Renda para R\$ 5 mil e a possível compensação com um adicional de alíquota para quem ganha mais de R\$ 50 mil.

É assim que os mercados seguem céticos e a parte positiva do pacote de contenção de gastos se desmanchou no ar, em um primeiro momento. Entendo que, com o passar dos dias, os analistas, gestores e tomadores de decisão, no mercado financeiro, devem entender que o pacote é melhor do que pareceu à primeira vista.

Somente com a limitação do salário mínimo à taxa de variação do limite de gastos derivada do Novo Arcabouço Fiscal, o governo já marcou um tento muito importante. Muitos e muitos analistas e formadores de opinião não acreditavam que isso pudesse ser feito: mexer em algo tão sensível para as esquerdas. Mas foi.

Do lado do governo, resta a tarefa do convencimento e de ampliar o escopo das medidas. O pacote nasceu em bases corretas, como se vê, mas já 'correndo atrás do prejuízo'.

Site: <https://economia.uol.com.br/colunas/felipe-salto/2024/12/02/pacote-da-fazenda-e-bom-mas-nao-resolve-desequilibrio-fiscal.htm>

'Congresso vai discutir e votar medidas ainda neste ano', diz Padilha

Por Fabio Murakawa, Andrea Jubé e Fernando Exman -
De Brasília

02/12/2024 05h02 Atualizado há uma hora

O ministro da Secretaria de Relações Institucionais e articulador político do governo, Alexandre Padilha, afirmou que está confiante na aprovação pelo Congresso das medidas de contenção de gastos até o fim do ano, e que tem o compromisso dos presidentes das duas Casas legislativas nesse sentido.

Nesta entrevista ao Valor, ele admitiu que o Legislativo poderá ampliar os cortes propostos pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e esclareceu que o debate sobre a ampliação da isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil ocorrerá somente no ano que vem, com efeito em 2026. Ele sustenta que o impacto será "neutro".

Padilha acrescentou que existe ambiente político para que as medidas tramitem com agilidade. Em parte, em razão do acordo entre Legislativo, Executivo e Judiciário sobre o novo rito das emendas parlamentares ao Orçamento. A suspensão do pagamento dos recursos paralisou o Congresso nas últimas semanas. Mas o novo formato, sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ainda aguarda a chancela do ministro Flávio Dino, relator do tema no Supremo Tribunal Federal (STF).

Sem citar Dino, Padilha indicou a necessidade de um desfecho para o impasse. "Um acordo construído e que signifique um avanço é mais efetivo do que às vezes você manter apenas a sua posição do que considera ideal."

Padilha disse que terá boa relação com os presidentes virtualmente eleitos da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), a partir de 2025. Minimizou o azedume com o presidente Arthur Lira (PP-AL), com quem não dialoga. Sobre isso, disse que a única coisa que lhe tirou o sono nos últimos dois anos foi o risco de rebaixamento do Corinthians, que, por ora, está superado. Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista:

Valor: Quais são as perspectivas de aprovação do pacote no Congresso ainda neste ano?

Alexandre Padilha: Eu estou muito confiante no compromisso do Congresso Nacional como um todo, em nos concentrarmos neste ano na votação e na aprovação dessas medidas que consolidam o arcabouço fiscal. É mais uma demonstração para toda a sociedade, para os atores econômicos, que este governo fará absolutamente de tudo para cumprir o marco fiscal. A receptividade foi muito boa, positiva tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado.

Valor: Mas por que conciliar o pacote de contenção de gastos com a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda (IR)? Não gerou ruído desnecessário?

Padilha: Ficou muito nítido na reunião com os presidentes das duas Casas que o governo tinha de encaminhar ainda neste ano uma proposta de reforma da renda. Porque isso foi aprovado na emenda constitucional da **reforma tributária**, estabelecendo um prazo para encaminharmos a regulamentação dos **tributos** do consumo e uma proposta para a reforma da renda. Também ficou muito clara a posição do governo de que esse debate da reforma da renda vai acontecer ao longo do ano que vem.

Valor: Qual a estratégia para acelerar a tramitação?

Padilha: Vamos trabalhar para ser o rito mais rápido possível, a partir da iniciativa do líder do governo [que já apresentou duas propostas na sexta-feira] e aproveitar outras PECs que estão em tramitação - algumas já estão prontas para o plenário, outras estão em tramitação em comissões especiais. O fundamental é que tem um compromisso da Câmara e do Senado de discutir e votar ainda neste ano essas medidas.

Valor: O anúncio conjunto das medidas de corte e da isenção do IR para a faixa de renda de até R\$ 5 mil foi uma opção política para conciliar uma notícia boa e uma amarga?

Padilha: Primeiro que eu acho que as duas notícias são boas. Nós estamos garantindo as medidas necessárias para a conformidade do crescimento das despesas, para encaixá-las numericamente naquilo que são as metas do arcabouço fiscal. E, do ponto de vista da justiça [tributária], ser um país mais justo,

mais eficiente. O presidente Lula e o ministro Fernando Haddad estão encaminhando para o Congresso para ter o debate adequado [da reforma da renda] todo o ano de 2025, e para começar a valer em 2026.

Valor: Mas anunciar junto não causou uma confusão? O dólar ultrapassou a marca de R\$ 6.

Padilha: O que causou a confusão, infelizmente, foram vazamentos que só interessam a ataque especulativo para não sei quem ganhar dinheiro com isso. Porque teve vazamento dizendo que ia ser válido a partir de 2025, que ia ter um impacto fiscal já em 2025, e ainda soltaram números sobre o impacto fiscal possível.

Valor: O senhor não acha que essa insatisfação dos agentes econômicos também se deve à avaliação de que foi um pacote tímido?

Padilha: Eu quero reafirmar que o nosso compromisso é cumprir o arcabouço fiscal. E este governo concluiu o segundo ano seguindo à risca suas metas fiscais, algo que é inovador no Brasil nos últimos dez anos. O nosso compromisso é com o marco fiscal que nós construímos, o nosso compromisso não é com a agenda do [ex-ministro da Economia] Paulo Guedes, não é com aquilo que o Guedes prometeu para alguns e não entregou, não é com a agenda do [presidente argentino, Javier] Milei.

Valor: Ou seja, não vai ceder às pressões para, por exemplo, desvincular o Benefício de Prestação Continuada (BPC) do salário mínimo.

Padilha: Não estou falando isso. Para cumprir o marco fiscal, tecnicamente, o governo viu pelos dados e pelos seus compromissos políticos que isso não é necessário.

Valor: Um vice-líder do governo [Pedro Paulo, PSD-RJ] apresentou uma PEC junto com os deputados Kim Kataguiri (União-SP) e Júlio Lopes (PP-RJ) sugerindo medidas de corte mais duras. Como o senhor viu esse movimento?

Padilha: O que eu vejo é a posição dos líderes dos vários partidos, do líder do governo, o compromisso de apoiar essas medidas. Os parlamentares, individualmente, têm causas históricas, posições históricas. Faz parte do papel deles.

Valor: Ela vem de partidos da base que ocupam ministérios...

Padilha: Quer dizer que o Kim Kataguiri é integrante da base?

Valor: Ele é do União Brasil, que tem três ministérios na Esplanada...

Padilha: Você está falando de partidos que têm muita fragmentação, e que têm posições históricas sobre várias questões.

Valor: Mas o senhor não acha que o Congresso poderá ampliar o alcance das medidas do governo?

Padilha: A grande arte deste governo é respeitar o protagonismo do Congresso. Tudo o que venha a consolidar o cumprimento do marco fiscal será bem-vindo.

Quero reafirmar que o nosso compromisso é cumprir o arcabouço fiscal; o marco que construímos"

Valor: Vocês esperam muita resistência para travar a tributação de quem tem renda mais alta?

Padilha: Nessas três semanas, o governo estará concentrado nas medidas que construíram o marco fiscal. Ao longo do ano que vem, vai ter o debate da reforma da renda. Vamos fazer uma reforma de renda neutra do ponto de vista fiscal. Ela nem vai aumentar a arrecadação nem vai deteriorar a situação fiscal do país. Não vai aumentar R\$ 1 de arrecadação e não vai diminuir R\$ 1. Essa mensagem é muito importante.

Valor: Mas o Congresso não acabou de votar a reforma do consumo, falta concluir no Senado, e ainda voltará à Câmara. Isso não vai atrasar a votação do pacote fiscal neste ano?

Padilha: Eu ouvi de novo do presidente [Rodrigo] Pacheco que o trabalho e esforço do Senado será para concluir a votação neste ano, e acredito que a Câmara também vai votar. Estamos no encerramento do mandato dos presidentes das duas Casas, que tiveram um papel muito importante na aprovação da **reforma tributária**. Acho até justo que se conclua essa votação até o fim do ano.

Valor: A questão das emendas parlamentares está resolvida? O impasse sobre elas e a suspensão dos pagamentos eram empecilhos ao avanço dos projetos do governo.

Padilha: Eu acho que nós demos um passo importante, além do governo e Congresso, que foi adequar o crescimento das emendas parlamentares ao arcabouço fiscal. É um compromisso importante que o Congresso assumiu junto com o Executivo. Então, a expectativa é que a gente possa dar um passo de avanço. Às vezes não é o ideal para alguma pessoa, para alguma instituição, para algum Poder. Mas um acordo construído e que signifique um avanço

é mais efetivo do que às vezes você manter apenas a sua posição do que considera ideal.

Valor: Outra prioridade do governo até o fim do ano é a aprovação dos diretores do Banco Central?

Padilha: O presidente do Senado sinalizou que há disposição de analisar e votar neste ano.

Valor: O anúncio do pacote coincidiu com a revelação da investigação sobre a tentativa de golpe de Estado envolvendo militares. Essas revelações ajudaram a incluí-los?

Padilha: Não tem relação nenhuma. Até porque esse debate era anterior a essas revelações. Teve o envolvimento do Ministério da Defesa e do Alto Comando em concordar e incluir no pacote o fim dessas distorções. E isso mostra o quanto foi importante o papel do comando das Forças Armadas em não embarcar no plano criminoso.

Valor: Houve críticas de aliados e da militância de que a reação do governo às revelações da Polícia Federal foi morna. Concorde?

Padilha: Não. O que se espera de um presidente da República e do governo é uma reação firme à tentativa de golpe. E isso estamos tendo desde o primeiro dia. Nós não admitimos qualquer possibilidade de passar pano a criminosos, de se interromper o processo de apuração, de julgamento. A ação tem que ser firme e pedagógica.

Valor: O deputado Hugo Motta (Republicanos-PB) e o senador Davi Alcolumbre (União-AP) estão virtualmente eleitos presidentes da Câmara e do Senado, com votos também de bolsonaristas. E não se comprometeram nem com a votação nem com o arquivamento do PL da anistia. O que o governo espera deles?

Padilha: [O que espero é] a postura que o Hugo Motta tem tido desde 1º de fevereiro de 2023, de um líder que concentrou esforços na agenda econômica, social e sustentável. Que esteve junto com o governo na **reforma tributária**, no marco fiscal. Sempre esteve junto conosco, votando na defesa da democracia. Ele também teve um papel muito importante na CPI do golpe, na CPI do MST. A expectativa que eu tenho é a melhor possível, e com o Davi Alcolumbre, a mesma coisa.

Valor: Vai ser um alívio ter finalmente um presidente da Câmara com quem o senhor dialogue, depois desse rompimento público com o Arthur Lira?

Padilha: A única coisa que me incomodou nesses dois

anos, e que me fazia às vezes perder o sono, era a situação do Corinthians no futebol masculino. Até o Corinthians já saiu da situação [risco de rebaixamento].

Valor: Vai ter **reforma ministerial** no ano que vem?

Padilha: Eu nunca ouvi o presidente falar de **reforma ministerial** nesse governo. E quem decide isso, e o tempo [de fazer] é ele.

Valor: Mas ele vem cobrando publicamente de alguns ministros mais empenho na defesa do governo, sugerindo insatisfação...

Padilha: O presidente Lula tem um compromisso muito grande em fazer com que aquilo que ele anunciou aconteça. Por exemplo, ele tem uma grande obsessão que é fazer o Acredita funcionar do jeito que foi construído e anunciado.

Valor: A obsessão com o Acredita [programa de estímulo ao empreendedorismo], de alcançar esses trabalhadores autônomos, tem relação com o mau desempenho do PT na eleição municipal?

Padilha: Não tem relação com a eleição, mas com a percepção de uma liderança que sempre busca estar conectado com as aspirações do povo. O presidente Lula convive com as pessoas, com os filhos de metalúrgicos como ele, que hoje são empreendedores, e que assumiram outros papéis na atividade econômica. Ele está sempre conectado com a sociedade.

Site:

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2024/12/02/congresso-va-discutir-e-votar-medidas-ainda-neste-ano-diz-padilha.ghtml>

Reforma da renda rumo para hibernação após reação de líderes

Por Maria Cristina Fernandes - De São Paulo

02/12/2024 05h01 Atualizado há uma hora

O pacote do ajuste fiscal pareceu menos indigesto depois do almoço da Febraban na sexta-feira (29), em São Paulo. Nas falas e conversas dos três ministros (Fernando Haddad, Simone Tebet e Esther Dweck), e do diretor do Banco Central Gabriel Galípolo com banqueiros e executivos do mercado financeiro presentes, o clima parecia mais desanuviado. O dólar, que abriu em R\$ 6,10 e recuou para R\$ 6, parecia confirmar a descompressão.

E não foi apenas pelo chá de capim santo servido durante o almoço. Pela manhã, os presidentes da Câmara, Arthur Lira, e do Senado, Rodrigo Pacheco, falaram com Haddad. O que deveria ser dito? "O mesmo que foi dito para o presidente ontem, ora." Na tarde de quinta, tanto Lira quanto Pacheco estiveram no Palácio do Planalto e disseram a Lula que o ajuste fiscal teria mais chances no Congresso do que a reforma da renda.

Antes que Haddad chegasse à Febraban, Lira e Pacheco, à distância, já haviam servido o aperitivo. O presidente da Câmara foi ao X para reafirmar o compromisso "inabalável" com o arcabouço fiscal ante os impactos sobre os mais pobres da inflação e dólar altos. O mesmo não disse em relação à reforma da renda: "Qualquer outra iniciativa governamental que implique renúncia de receitas será enfrentada apenas no ano que vem, e após análise cuidadosa e sobretudo realista de suas fontes de financiamento e efetivo impacto nas contas públicas".

Em seguida, em nota à imprensa, o presidente do Senado lhe fez coro. Disse que o Congresso deve apoiar as medidas de ajuste, ainda que não sejam muito "simpáticas", mas acrescentou que a questão do IR "embora seja um desejo de todos, não é pauta para agora".

O aperitivo parlamentar com a perspectiva de o capítulo da renda hibernar no Congresso, a fala dos ministros - e o chá - haviam cuidado de baixar a temperatura. "O teto de R\$ 5 mil para isenção do IR pode ser alterado pelo Congresso, que terá a palavra final", disse Haddad, depois de levar a plateia ao único momento de riso do encontro ao dizer que não

precisava convencer nenhum de seus colegas da importância do ajuste - "às vezes tenho que convencer o presidente Lula".

A despeito de ter sido derrotado pela inclusão da isenção do IR até R\$ 5 mil, decidida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na segunda-feira, um dia antes da gravação do pronunciamento do ministro da Fazenda, que foi ao ar na quarta-feira, Haddad parece, de fato, confiar na trava reforçada pela reforma tributária, a de que nenhuma reforma do IR será votada se não for neutra do ponto de vista fiscal. Como o Congresso não parece disposto a votar a medida de compensação à isenção, a taxação da renda acima de R\$ 50 mil, a hibernação da reforma da renda é apenas uma consequência.

Galípolo, que sucedeu a Haddad no palco da Febraban e indicado por Lula para dirigir o Banco Central no lugar de Roberto Campos Neto, disse que a instituição não recebe comando por "post em rede social" nem é lugar para "Miss Simpatia" e que o debate da renda demandaria um "debate mais amplo" no Congresso no ano que vem.

Simone Tebet, terceira a falar, reconheceu que o pacote havia sido mal **comunicado** no dia anterior, mas disse que, a partir de agora, o governo facilitaria o trabalho do BC mirando o centro da meta de déficit primário em 2025. Quando a ministra da Gestão, Esther Dweck, iniciou a última das falas do encontro, a tensão já havia se dissipado.

Haddad levantou-se antes que a sobremesa fosse servida. Depois da derrota sofrida na quinta, o encerramento da semana mostrava que ainda tem jogo. O ministro parecia ter mantido o crédito daqueles que, dois anos atrás, antes mesmo que assumisse o ministério, naquela mesma ocasião de almoço de fim de ano, lhe haviam conferido um voto de confiança. O mesmo talvez não possa ser dito em relação ao presidente da República.

Site:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/12/02/reforma-da-renda-rumo-para-hibernacao-apos-reacao-de-lidere>

BC espera o mercado digerir o pacote fiscal

Por Alex Ribeiro

Por Alex Ribeiro

Cobriu o BC para o Valor, a Gazeta Mercantil e a Folha de S. Paulo. É especializado em economia pelo Birkbeck College. Foi correspondente do Valor em Washington

02/12/2024 05h01 Atualizado há uma hora

O mercado financeiro reprecificou o cenário para os juros depois do pacote fiscal. Chegaram a 70% as chances de uma alta de juros de 0,75 ponto percentual na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central da semana que vem. A probabilidade de uma nova intensificação no ritmo de aperto em janeiro, para um ponto percentual, já é de 30%. A curva de juros embute uma taxa Selic ao fim do ciclo de aperto monetário superior a 14% ao ano, nos maiores níveis das últimas duas décadas.

O que o BC deverá fazer diante dessa reação do mercado? O futuro presidente da instituição, Gabriel Galípolo, disse na semana passada que não briga com o mercado. Mas transpareceu, num almoço com banqueiros organizado na sexta pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban), esperanças de que essas primeiras reações do mercado não sejam definitivas. "Esse processo está sendo digerido", afirmou Galípolo.

Ele citou três coisas que, em tese, podem fazer o humor do mercado melhorar um pouco, ainda que uma boa parte do estrago pareça definitivo. Primeiro, as medidas não são conhecidas nos detalhes e, portanto, os especialistas do mercado poderão rever as suas estimativas sobre seu o impacto. Segundo, ele citou os pronunciamentos dos presidentes da Câmara e do Senado que, no fundo, redimensionam as expectativas sobre a reforma tributária sobre a renda. Por fim, lembrou que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que o pacote não é uma bala de prata para resolver o problema fiscal. Ou seja, o governo pode lançar mão de novas medidas.

Há muitos pontos do pacote mal comunicados. Também na Febraban, Haddad disse que a Desvinculação de Receitas Orçamentárias (DRU) se tornou mais abrangente. A ministra do Planejamento, Simone Tebet, informou que a desvinculação dos gastos de saúde e educação das receitas - medida muito cobrada pelos especialistas - provocaria, na

situação atual, uma paradoxal expansão da despesa, não contenção.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PDS-MG), colocaram vários poréns na tramitação da proposta de reforma tributária da renda. Disseram que não deverá atrapalhar o ajuste fiscal e que essa discussão tributária deve ficar mais para frente, em 2025. É possível que o projeto do governo tenha morrido.

O terceiro ponto citado por Galípolo será, talvez, o mais importante para nortear a execução da política monetária: a estratégia de consolidação fiscal do governo é gradualista. Haddad disse que, ao longo do tempo, vai recalibrar as medidas para manter em pé o arcabouço fiscal e para cumprir as metas de superávit primário.

É a continuidade do que já vinha sendo feito na política fiscal. Ou seja, não houve modificações em relação às premissas incluídas pelo Copom no cenário central. Isso significa que, por ora, não se confirmaram dois cenários alternativos - um positivo e outro negativo - citados por membros do comitê.

O atual presidente do BC, Roberto Campos Neto, mencionou mais de uma vez a necessidade de um choque fiscal positivo. Seria um pacote forte o suficiente para mudar as expectativas do mercado, baixar o dólar e reancorar as expectativas de inflação. Junto, tudo isso poderia aumentar a eficácia da política monetária, permitindo subir menos a Selic.

Outro cenário alternativo que estava no radar do Copom era o simples abandono das regras fiscais, o que significaria a mudança do regime econômico. O diretor de assuntos internacionais do BC, Paulo Picchetti, disse em outubro que essa hipótese significaria não apenas um salto adicional do dólar e das expectativas de inflação, mas também uma transmissão mais forte dessas variáveis para a inflação.

O presidente da Febraban, Isaac Sidney, questionou Galípolo na sexta-feira se o Copom passaria a dar algum tipo de "guidance", ou indicação futura para os juros. Galípolo não respondeu diretamente, mas não parece provável algum "guidance".

O gradualismo na condução da política fiscal significa, basicamente, a continuidade da incerteza, e deve reforçar a postura dependente de dados do Copom. A

estratégia de aperto monetário adotada até agora parece funcionar para as circunstâncias atuais.

O Copom vai acelerar o ritmo de alta na semana que vem? Quando muda o comando do BC, como está prestes a acontecer, os novos dirigentes costumam ser mais conservadores para firmar sua credibilidade junto aos participantes do mercado. Mas integrantes do Copom têm repetido que não acreditam na estratégia de fazer um choque de juros como atalho. Preferem a consistência das decisões ao longo do tempo.

Se vier alguma aceleração do aperto monetário, portanto, provavelmente será porque, mesmo com todas as incertezas, o cenário exige mais. Picchetti disse, em outubro, que faz parte do trabalho do Copom recalibrar as suas projeções a cada reunião e tomar a sua decisão de acordo com as circunstâncias.

Embora possa nortear a decisão da semana que vem, essa projeção deverá dar poucas pistas sobre até que percentual chegará o aperto monetário. Ou seja, ninguém vai saber ao certo se o BC acha que o juro tem que ir para mais de 14%. O diretor de política econômica do BC, Diogo Guillen, vem dando ênfase na trajetória dos juros, definida ao longo do caminho para colocar a **inflação** na meta, em vez de um orçamento pré-definido.

Alex Ribeiro é repórter especial e escreve quinzenalmente

E-mail: alex.ribeiro@valor.com.br

Site: <https://valor.globo.com/brasil/coluna/bc-espera-o-mercado-digerir-o-pacote-fiscal.ghtml>

Estratégias para aplicar o 13º salário em fundos de previdência privada

LEO GUIMARÃES ESPECIAL PARA O E-INVESTIDOR | CAMILA LUFTI

Final de ano é época de organizar as finanças, planejar o futuro e, para muita gente, também decidir como usar o 13º salário de forma estratégica.

Entre as opções disponíveis, os planos de previdência privada PGBL e VGBL são considerados uma boa alternativa - não apenas para garantir uma aposentadoria mais tranquila, mas também para obter vantagens tributárias e financeiras.

Para muitos gestores de investimentos, quem trabalha com carteira assinada (CLT) e não usa o benefício de final de ano para o cálculo da sua renda tributável, aportando 12% em PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre), por exemplo, perde ganho financeiro com efeitos no longo prazo. "O PGBL e o VGBL são os veículos mais eficientes, em termos tributários, para acumular patrimônio", diz Luiz Fernando Araújo, diretor de Investimentos da Finacap.

Os planos PGBL e VGBL (Vida Gerador de Benefício Livre) são voltados para diferentes perfis de investidores. No caso do PGBL, o benefício fiscal é o principal atrativo, já que permite deduzir até 12% da renda tributável na declaração de Imposto de Renda.

Para garantir o benefício, é preciso fazer o investimento até 31 de dezembro - o mais recomendável é fazer o aporte logo após o Natal, considerando o fechamento do ano fiscal e as paralisações bancárias de final de ano.

"Se o contribuinte tem despesas dedutíveis relevantes, como dependentes e gastos com saúde, ou uma renda mais elevada, o PGBL é uma excelente opção", diz Guilherme Almeida, economista da Suno Research.

REFERÊNCIA. É comum identificar o benefício apenas para quem opta pelo modelo completo de declaração do IR. Na Warren Investimentos, a referência usada é a de renda superior a R\$ 140 mil anuais. Isso porque os 12% de contribuição em PGBL, que dará direito ao benefício de mesmo porte, ultrapassa o limite da tabela simplificada, tornando a tabela completa claramente mais vantajosa para essa faixa de rendimentos.

Se a pessoa tem uma composição de despesas dedutíveis que supera 20% da renda bruta, ou o limite de R\$ 16.754 da tabela simplificada, é mais vantajoso optar pela tabela completa do Imposto de Renda. Nesse caso, contribuições para a previdência, gastos com educação, saúde, pensão e outras despesas dedutíveis entram no cálculo.

Por exemplo, uma pessoa com renda bruta anual de R\$ 1 milhão, ao usar a tabela simplificada, teria o abatimento limitado a R\$ 16.754. "Isso seria muito menos vantajoso do que deduzir os 12% permitidos para aportes em PGBL, que somariam R\$ 120 mil. Além disso, esse contribuinte poderia incluir outras despesas, como pensão, gastos médicos, aumentando ainda mais as deduções", explica Danilo Carrilho, especialista em previdência e seguros na Warren.

Vale lembrar que o benefício fiscal do PGBL não representa uma isenção de Imposto de Renda, mas um diferimento.

No resgate, o investidor terá de pagar o imposto sobre todo o montante investido, e não apenas sobre os rendimentos. Mesmo assim, a vantagem é grande.

Isso porque o contribuinte reduz a base de cálculo do imposto agora, pagando menos imposto no presente, e posterga o pagamento do IR para o futuro, no momento do resgate.

"Por exemplo, ao deduzir 12% da renda tributável, a pessoa evita pagar até 27,5% de imposto sobre esse valor hoje, permitindo que esse montante permaneça investido e rendendo", diz Carrilho.

Considerando um resgate após 10 anos, a alíquota regressiva do PGBL baixa o imposto para 10%, garantindo uma economia significativa, de 17,5%.

SUCESSÃO. Mesmo com um prazo menor, acima de 4 anos, já é possível observar benefícios relevantes devido à queda gradual da alíquota. "Essa estratégia aumenta a capacidade de acumular capital, gerando ganhos maiores no longo prazo e criando um ciclo financeiro benéfico e eficiente", completa o especialista da Warren.

O VGBL é mais indicado para quem declara pelo modelo simplificado, ou busca investir valores acima

do limite dedutível do PGBL, já que não há a vantagem da descontos na declaração anual do IRPF.

A vantagem de optar por esse plano é que o imposto incide apenas sobre os rendimentos, pagos no ato do resgate.

Após 10 anos, a alíquota também é reduzida para 10%, o que proporciona uma vantagem significativa no longo prazo.

"O VGBL permite diferir o pagamento de **impostos**, funciona como se o investidor estivesse "emprestando" dinheiro do governo para investir", define Luiz Fernando, da Finacap.

O diretor da Finacap ainda destaca outro benefício, principalmente para as pessoas de mais idade: a facilidade de sucessão patrimonial. "O VGBL não entra em inventário, o que significa economia em taxas como o ITBI. É um mecanismo eficiente tanto para acumular patrimônio quanto para garantir uma transição tranquila entre gerações." Tanto PGBL quanto VGBL oferecem vantagens estratégicas que vão além da aposentadoria.

"São instrumentos que combinam planejamento tributário, sucessão patrimonial e diversificação de investimentos", conclui Araújo.

Dívidas devem ser a prioridade para o uso da renda extra

Quando o 13º salário cai na conta, há uma tendência de querer simplesmente gastá-lo.

Porém, os especialistas recomendam respirar fundo e resistir aos gastos supérfluos.

Se a pessoa tem dívidas, o passo fundamental é quitá-las para ter uma boa saúde financeira e começar o ano com um respiro no bolso. É importante fazer um "raio X" das dívidas, incluindo aí boletos que ainda vão chegar, como **impostos** e matrículas escolares.

Sidney Lima, analista da Ouro Preto Investimentos, sugere que as primeiras dívidas a serem pagas sejam as de alto custo, como as do cartão de crédito e cheque especial, já que os juros cobrados nesses casos geralmente superam os retornos de investimentos convencionais.

"Investir em vez de quitar dívidas só é recomendado em casos específicos em que a rentabilidade do investimento supera os juros da dívida, o é muito raro." Dívidas de financiamentos imobiliários, por exemplo, podem ter juros baixos.

Assim, se o rendimento de uma aplicação superar os juros da dívida, o investimento pode ser considerado.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Biden indulta filho em casos de evasão fiscal e compra de armas

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, emitiu ontem um indulto presidencial para o seu filho Hunter Biden, condenado em um processo federal por mentir sobre o uso de drogas para comprar uma arma e processado por evasão fiscal -acusação sobre a qual se declarou culpado. A medida do presidente funciona como um perdão total e incondicional aos atos praticados pelo filho entre 1-de janeiro de 2014 e 1º de dezembro de 2024.

EM BENEFÍCIO DA FAMÍLIA

Prestes a deixar a Casa Branca após desistir de concorrer à reeleição e ver sua vice, Ka-mala Harris, ser derrotada por Donald Trump nas urnas no mês passado, Biden utilizou o poder do cargo em benefício do próprio filho. Em um **comunicado** divulgado pela equipe do presidente, ele argumenta que Hunter teria sido condenado em um julgamento politicamente motivado, o que justificaria a clemência concedida. "Nenhuma pessoa razoável que analise os fatos dos casos de Hunter pode chegar a qualquer outra conclusão além de que ele foi alvo apenas porque é meu filho -e isso está errado", disse o presidente em **comunicado**, chamando a condenação do filho de "desvio judicial".

Hunter Biden foi condenado no início deste ano por mentir sobre uso de drogas ao comprar uma arma, o que é crime nos Estados Unidos, o que o tomou o primeiro filho de um presidente no cargo a ser julgado e condenado criminalmente. Os fatos pelos quais foi condenado se passaram em 2018, quando ele atravessou uma fase de abuso de uso de drogas, incluindo crack -informação que omitiu ao preencher um formulário federal para a compra de uma arma de fogo.

À época da condenação, Hunter se disse "decepcionado" com a decisão.

Outro processo criminal contra o filho mais novo de Biden - Beau, o filho mais velho, morreu em 2015 vítima de um câncer no cérebro -o acusava de não pagamento de US\$ 1,4 milhão (R\$ 8,3 milhões) em **impostos** nos anos fiscais de 2016 a 2019, enquanto mantinha um estilo de vida luxuoso. As acusações incluíam três crimes graves e seis delitos fiscais, com pena de até 17 anos de prisão. Em setembro, ele se declarou culpado das acusações.

Enquanto o filho enfrentava as acusações na Justiça, Biden afirmou repetidamente que não interferiria em seus problemas legais. A secretária de imprensa da Casa Branca chegou a declarar que Biden não concederia um perdão a Hunter, em discurso em setembro.

"Eu disse que não interferiria nas decisões do Departamento de Justiça e cumpri minha palavra, mesmo enquanto assistia ao meu filho sendo processado de forma seletiva e injusta", disse Biden no **comunicado** de ontem. "As acusações nos casos dele surgiram apenas depois que vários dos meus oponentes políticos no Congresso as instigaram para me atacar e se opor à minha eleição."

CAMPANHA DE TRUMP REAGE

O diretor de comunicações da campanha presidencial de Trump, Steven Cheung, afirmou que a ação de Biden reforça as alegações do atual presidente eleito sobre a instrumentalização do Judiciário no governo democrata.

-As caças às bruxas fracassadas contra o presidente Trump provaram que o Departamento de Justiça controlado pelos democratas e outros promotores radicais são culpados de usar o sistema de justiça como arma -disse ele. -Esse sistema de Justiça deve ser consertado e o devido processo legal deve ser restaurado para todos os americanos, que é exatamente o que o presidente Trump fará ao retornar à Casa Branca.

Não é a primeira vez que um presidente usa seu poder executivo para comutar a sentença de um membro da família. Em seu último dia no cargo, o presidente Bill Clinton perdoou seu meio-irmão Roger Clinton por acusações envolvendo uso de cocaína. Um mês antes de deixar o cargo em seu primeiro mandato, Donald Trump perdoou o pai de seu genro Jared Kushner, Charles Kushner, por sonegação fiscal e outros crimes.

Ao mesmo tempo, os casos criminais contra o presidente eleito Trump foram suspensos após uma decisão abrangente da Suprema Corte sobre imunidade presidencial - praticamente garantindo que o republicano provavelmente nunca verá a prisão,

mesmo após sua histórica condenação por falsificação de registros comerciais em maio.

"Eu acredito no sistema de justiça, mas, enquanto luto com essa questão, também acredito que a política crua infectou esse processo e levou a um desvio judicial", acrescentou Biden.

ALÍVIO E AMARGURA

Após o anúncio de Biden, Hunter emitiu uma declaração própria.

"Admiti e assumi a responsabilidade pelos meus erros durante os dias mais sombrios do meu vício -erros que foram explorados para humilhar e envergonhar publicamente a mim e minha família por esporte político", disse ele. "Nunca tomarei a clemência que me foi dada hoje como garantida e dedicarei a vida que reconstruí para ajudar aqueles que ainda estão doentes e sofrendo".

Hunter expressou alívio, mas também alguma amargura sobre o que percebeu como um processo desnecessário, depois que seu pai lhe disse que ele estava sendo perdoado quando a família se reuniu em Nantucket, Massachusetts, para o feriado de Ação de Graças, de acordo com duas pessoas familiarizadas com a situação.

Site: infoglobo.pressreader.com/o-globo

Crescimento disseminado da economia não deve se repetir em 2025

Marsílea Gombata De São Paulo

Marcada por um crescimento disseminado, a atividade econômica teve como protagonista a indústria de transformação em 2024, mas também foi puxada por construção e serviços. O cenário deste ano, contudo, não deve se repetir em 2025. Ainda que a perspectiva seja de crescimento, um ambiente doméstico mais desafiador, com mais juros e política fiscal menos expansionista, e riscos externos, como reajuste de tarifas pelos Estados Unidos, podem reduzir o ímpeto desses setores, avaliam economistas.

Grande surpresa do ano, a indústria manufatureira teve desempenho melhor que o esperado, contrastando com o fraco ano de 2023. A construção, por sua vez, foi impulsionada pelo calendário eleitoral e pelo programa Minha Casa Minha Vida. O setor de serviços seguiu a trajetória positiva que vem tendo pós-pandemia e foi beneficiado pelo aumento da renda.

"Eu diria que 2024 tem sido um ano marcado por um crescimento bem disseminado entre os diferentes segmentos da economia. Mas, claro, não foi um ano tão bom para a agropecuária, que sofreu por problemas climáticos que afetaram safras importantes", afirma Silvio Campos Neto, economista sênior e sócio da Tendências Consultoria.

"Tirando o fator mais pontual ligado à agropecuária, o ano mostra um bom desempenho de atividades industriais, o que é uma boa notícia, depois de a indústria vir patinando há muito tempo."

Depois de ter crescido 1,6% em 2023, a indústria deve crescer 3,4% neste ano, segundo projeção da Tendências e do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre).

Dentre os segmentos que mais se destacam na indústria de transformação, estão os de alimentos e bens de capital, especialmente ligados à parte de transportes, como ônibus e caminhões.

O crescimento da indústria é importante porque traz os "spillo-ver effects" (de transbordamento) para a própria indústria, com impulso da produção de bens intermediários e de capital, mas também no emprego, no investimento, na arrecadação de impostos e nos

serviços, afirma Silvia Matos, economista do FGV Ibre e coordenadora do Boletim Macro.

Dentro da indústria, segundo o cálculo do Produto Interno Bruto (**PIB**), a construção civil também foi um dos drivers da atividade neste ano. Após um período de pressão negativa, o setor reagiu impulsionado pelo Minha Casa Minha Vida. O ano de eleições municipais, marcado por obras de infraestrutura, teve contribuição importante.

Já o setor de serviços, com desempenho acima da expectativa desde o fim da pandemia, continuou sendo o principal motor da atividade econômica neste ano. A expectativa é que o setor avance 3,2% em 2024, de acordo com a Tendências Consultoria. O FGV Ibre espera alta de 3,5%.

O economista Maurício Na-kahodo destaca que os segmentos de serviços, incluindo o comércio, foram impulsionados pelas condições favoráveis do mercado de trabalho, com baixa taxa de desemprego e forte geração de empregos com carteira assinada.

Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego, de janeiro a outubro deste ano foram gerados 2,1 milhões de novos postos de trabalho.

Nakahodo afirma que o setor de serviços lidera a geração de empregos, respondendo por mais de 50% do total.

"Para o restante do ano, o bom momento do mercado de trabalho pode continuar dando suporte à demanda doméstica e beneficiando esses segmentos", acrescenta o economista.

Nesse sentido, afirma Lucas Assis, economista e analista da Tendências, números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) Contínua renovaram os sinais de aquecimento do mercado de trabalho brasileiro.

"Foram sucessivas expansões da população ocupada e dos rendimentos reais, mantendo a desocupação em níveis historicamente baixos e promovendo o crescimento da massa salarial", afirma Assis.

De acordo com a Pnad Contínua, no trimestre

encerrado em outubro, a população ocupada alcançou 103,6 milhões no período, um novo recorde histórico, com alta de 3,4% no ano (ou mais 3,4 milhões de pessoas).

Em relação ao mesmo período de 2023, lembra, o crescimento de ocupações formais superou o de informais: 2,3 milhões contra 1,1 milhão, respectivamente.

Frente ao trimestre de agosto a outubro do ano passado, sete grupamentos cresceram: indústria (5%), construção (5,1%), comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (3,3%), transporte, armazenagem e correio (5,7%), informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (4,5%), administração pública, defesa, **seguridade social**, educação, saúde humana e serviços sociais (4,4%) e outros serviços (7,2%).

Os grupos de serviços domésticos e alojamento e alimentação apresentaram estabilidade. E houve redução somente no de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (de queda de 5,3%).

"A continuidade da alta na população ocupada, sustentada pelo desempenho positivo do **PIB**, permanece como uma expectativa para o restante do ano. Para 2025, contudo, espera-se desaceleração da ocupação, devido à menor expansão de setores cíclicos e ao arrefecimento gradual da renda e do consumo domésticos", diz.

"A expectativa é de manutenção da taxa de desocupação em patamares baixos nos próximos trimestres, o que reforça o quadro de escassez de mão de obra em setores específicos, ampliando o poder de barganha dos trabalhadores nas negociações salariais e pressionando custos produtivos e preços."

2025

No próximo ano, a atividade econômica deve perder força, o que reduz as projeções para o crescimento **PIB**. A Tendências espera que a economia cresça 2,9% em 2024, desacelerando para 1,7% em 2025. O FGV Ibre prevê alta de 3,3% do **PIB** neste ano e de 2,2% no próximo.

O menor ímpeto da atividade é explicado, em parte, pelo desa-

quecimento dos drivers que puxaram a economia em 2024.

"A indústria crescerá no ano que vem, mas ade

transformação a um ritmo menor devido a fatores como crescimento menor da massa de renda ampliada e desaceleração do crédito, cujo custo está mais alto", afirma Matos, ao prever desaceleração da indústria de transformação de 3,3% neste ano para 1,7%.

A indústria como um todo também tende a ter um ano mais desafiador em 2025, por causa do crédito mais caro, que pode afetar a demanda por bens duráveis e semiduráveis, assim como as condições de financiamento para bens de capital.

O FGV Ibre espera crescimento de 2,7% da indústria em 2025, enquanto a Tendências prevê alta de 2% no próximo ano.

A construção civil também deve desacelerar, uma vez que o setor demanda máquinas e equipamentos e encontrará condições mais apertadas de acesso ao crédito para obtê-los.

"Mesmo assim, eu ainda não vejo hoje uma contração [da construção em 2025]", diz Matos.

A economista espera que o crescimento da construção passe de 5,1% neste ano para 1,3% no ano que vem.

Ela argumenta que, de modo geral, "o perfil da atividade econômica que se espera para o ano que vem é um pouco diferente do que vem sendo visto em 2024".

"Em parte, porque haverá mais demanda externa do que interna. E, por conta disso, a cara de 2025 deve lembrar muito a de 2023", diz Matos.

Em 2025, afirma a economista, a agropecuária deve voltar a ter protagonismo, puxada pelo crescimento das exportações.

Será um ano em que a contribuição das atividades mais exógenas para o **PIB** deve aumentar a sua participação, como ocorreu no ano passado.

No caso da indústria extrativa, por exemplo, o crescimento deve passar de 1% neste ano para 5,8% em 2025, segundo a última edição do Boletim Macro, publicada em 21 de novembro.

Para a agropecuária, o FGV Ibre espera expansão de 4,7% em 2025, após queda prevista de 2,1% neste ano. A Tendências, por sua vez, prevê alta de 1,3% para o

setor no próximo ano.

A expectativa positiva para a agropecuária, argumenta Campos Neto, da Tendências, se deve aos sinais de

uma "supersafra" de soja em 2025. "O único senão se deve a riscos climáticos. Se, por ventura, houver algum novo choque climático como tivemos em 2024, teremos dificuldades na parte de grãos", diz.

"Para a pecuária, esperamos uma visão um pouco mais negativa para o curto prazo devido ao ciclo do setor, que está, novamente, em uma linha de redução de abates."

A previsão é que a expansão da agropecuária deve ajudar a dar impulso importante para outros setores e seguimentos, como o de transportes, dentro de serviços, afirma Matos.

Nakahodo destaca ainda que o segmento de tecnologia da informação pode continuar expandindo por conta da transformação digital e pela necessidade de inovação nas empresas.

"O aumento do uso de soluções em nuvem, inteligência artificial e big data são fatores que devem continuar impulsionando esse setor", diz.

A projeção para serviços em 2025 é de alta de 1,8%, segundo o FGV Ibre. A Tendência, por sua vez, prevê expansão de 1,7%.

Olhando para 2025 e os próximos anos, afirma Campos Neto, há desafios importantes adiante.

"Um deles é a própria questão da alta dos juros. Isso é um fator que vai pesar em alguns segmentos de atividade que são mais sensíveis a isso, desde o consumo de bens duráveis, ao próprio setor de construção e parte da indústria, que deve ser afetada tanto por isso quanto por um ambiente internacional mais desafiador", observa.

"Há esse temor em relação aos EUA, que são um mercado importante para bens industriais do Brasil, de se tornar mais protecionista nesse novo governo Trump. A desaceleração continuada prevista para a China também é um fator de risco. Por isso esperamos uma desaceleração [da atividade aqui] respondendo a esses fatores, de juros mais altos, um mundo crescendo menos, riscos vindos de fora, além de uma política fiscal possivelmente menos expansionista."

Site:

**[https://valor.globo.com/virador#/edition/188056?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador#/edition/188056?page=1§ion=1)**

Governo rejeita fazer mais concessões em orçamento francês

Leigh Thomas Reuters, de Paris

Os líderes do partido de extrema direita francês Reagrupamento Nacional (RN) afirmaram no domingo que o governo rejeitou seus apelos por mais concessões orçamentárias, aumentando as chances de uma votação de desconfiança nos próximos dias, que poderia derrubar o primeiro-ministro Michel Barnier.

A deputada do RN Marine Le Pen havia dado a Barnier até esta segunda-feira para ceder às exigências orçamentárias do partido ou enfrentar a ameaça de que eles apoiariam uma provável moção de desconfiança contra seu governo, o que desencadearia seu colapso. No entanto, Le Pen disse que o governo, na prática, "pôs fim às discussões", conforme declarou à agência de notícias francesa France-Presse em uma escalada significativa do impasse.

Em resposta, o ministro da Economia, Antoine Armand, disse que o governo não aceitará ultimatos do partido de Marine Le Pen. "Não seremos chantageados", disse em entrevista à BloombergTV no domingo.

Antes, Le Pen havia dito que Barnier enfrentava a escolha de negociar novas concessões ou correr o risco de ver seu governo cair em uma votação de desconfiança. Barnier já havia abandonado um aumento planejado na taxa de eletricidade na semana passada, mas o RN também quer que ele ajuste as pensões de acordo com a **inflação**, enquanto seus planos eram de aumentar algumas menos do que a **inflação** para economizar dinheiro. O RN também deseja que os cortes planejados nos reembolsos de medicamentos sejam cancelados e está insatisfeito com a possibilidade de o governo aumentar **impostos** sobre o gás. Além disso, quer uma redução na contribuição da França para o orçamento da União Européia, entre outras demandas.

O impasse entre o governo pode chegar ao seu ápice já nesta segunda se Barnier tiver que usar poderes constitucionais agressivos para forçar a aprovação de um projeto de lei de financiamento da **seguridade social**, o que inevitavelmente desencadearia uma moção de desconfiança da esquerda. Para sobreviver à votação na câmara baixa fragmentada, Barnier

precisa que o RN se abstenha; caso contrário, seu governo e o projeto de lei orçamentária poderiam cair, mergulhando a França em uma crise política profunda.

O ministro do Orçamento, Laurent Saint-Martin, disse no domingo que o governo respeitava um compromisso sobre o projeto de lei da **seguridade social** alcançado pelos legisladores, o qual o presidente do RN, Jordan Bardella, afirmou que significava que não haveria mais mudanças. "Por teimosia e sectarismo, o governo minoritário está pondo fim às negociações", disse Bardella no X.

À medida que o impasse se agrava, Saint-Martin e o ministro Armand alertaram que os contribuintes e aposentados franceses sofreriam consequências diretas em caso de uma votação de desconfiança. Armand disse ao "Le Journal du Dimanche" que isso significaria que uma legislação especial de emergência teria que ser aprovada para garantir que houvesse um orçamento no início do ano. (Tradução de Samara Leonel)

Site:

<https://valor.globo.com/virador#/edition/188056?page=1§ion=1>

Frustração com pacote fiscal exige mais ação do BC (Editorial)

O dólar voltou a subir acima de R\$ 6 na sexta-feira, um dia após o governo abalar mais uma vez a confiança dos investidores ao não cumprir a promessa de fazer um ajuste estrutural nas contas para sustentar o regime fiscal e ainda anunciar que abdicará de R\$ 35 bilhões em receitas. A divulgação simultânea de que pretende isentar de Imposto de Renda das pessoas que ganham até R\$ 5 mil deu nova confirmação de que o Planalto apenas fará remendos até a próxima eleição, em 2026. O pacote deixou de lado medidas mais firmes para compatibilizar ritmos díspares de despesas, que estão minando as bases do regime fiscal e empurrando as despesas discricionárias, como as de custeio da máquina pública, para fora do orçamento.

As medidas fiscais e a isenção do IR, inesperadamente companheiras, trouxeram mais desvalorização ao real em um momento delicado, em que as depreciações já ocorridas começaram a ser repassadas aos preços. O real desvalorizou-se 18,5% ante a moeda americana até sexta-feira, em um movimento que também eleva a dívida bruta. Segundo o Banco Central, a perda de 1 % no câmbio acrescenta R\$ 11 bilhões ao endividamento, se mantido por um ano. A maxidesvalorização, se persistir, cava mais fundo um rombo cujo ritmo o novo regime fiscal deveria moderar. Ainda que o fluxo comercial seja positivo, o financeiro não tem sício, e o fluxo de recursos de investidores externos para a bolsa refluíu nos últimos três meses (Valor, 29/11).

O anúncio que destruiu trabalho metódico de contenção do ritmo de aumento de gastos feito pela equipe econômica foi a isenção do IR. Os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado sabem disso e agiram como bombeiros, produzindo notas de mesmo tom, para restabelecer uma verdade que o presidente Lula ignorou ao insistir agora na isenção do IR. O senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) registrou que medidas de renúncia de receitas só serão examinadas no ano que vem "se, e somente se, tivermos condições fiscais para isso". "Se não tivermos, isso não vai acontecer", concluiu. Arthur Lira (PP-AL) afirmou que a questão será abordada "após análise cuidadosa e sobretudo realista de suas fontes de financiamento e efetivo impacto nas contas públicas. Uma coisa de cada vez".

A primeira reação de quem terá de aprovar ou não o

pacote fiscal e a isenção do IR foi a de salvar as medidas de Haddad, que por seu lado foram amortecidas e perderam muito de sua potência. É sabido que o Congresso tem menos resistência a fazer benesses, como a do IR anunciada, do que a elevar **impostos**, como o governo pretende com o tributo mínimo sobre os ricos. As notas do comando do Legislativo indicam que a princípio considera uma precipitação, se não um erro, o ajuste do IR.

O pacote de medidas deixou de lado as que melindravam ministros ligados a Lula. Depois de Luiz Marinho, do Trabalho, ameaçar pedir demissão, não se mexeu no seguro desemprego, um sorvedouro de recursos que aumenta quanto mais a economia se aproxima do pleno emprego, como agora. O abono salarial de dois salários mínimos levará 10 anos para ser reduzido a 1,5 mínimo - se for. Na Previdência, do ministro Carlos Lupi, apertaram-se regras de averiguação de renda para controlar fraudes no BPC, com mais pente finos que também serão feitos no Bolsa Família.

O resultado desse esforço ficará aquém do que a fragilidade fiscal exige. Economistas e consultorias pesquisadas pelo Valor estimam que as economias a se obter ficarão abaixo dos R\$ 71,9 bilhões em 2025 e 2026, situando-se entre R\$ 43 bilhões e R\$ 53 bilhões. A Instituição Financeira Independente do Senado considerou o esforço insuficiente para eliminar déficits previstos de R\$ 102,9 bilhões em 2025 (0,8% do **PIB**) e de R\$ 107,8 bilhões em 2026 (também 0,8% do **PIB**).

As turbulências no câmbio, desta vez influenciadas inequivocamente pelos fatores domésticos, trazem mais problemas para o BC. O desemprego atingiu no trimestre encerrado em outubro seu menor nível desde 2012, quando a Pnad Contínua começou a ser feita. A renda real do trabalho ainda cresce, e ambos confirmam que a economia, mesmo com juros muito altos, avança acima de seu potencial. As atas do Copom contavam com forte reação da política fiscal que viesse em apoio-e não em sentido contrário, como tem sido-a da política monetária. O pacote não atende essas expectativas. Ao avaliar vários desses dados ontem, o diretor de Política Monetária e futuro presidente do BC, Gabriel Galípolo, afirmou que "parece lógico você imaginar que vai precisar ter uma taxa de juros mais contracionista por mais tempo".

Ao tratar de forma displicente a questão fiscal, o governo aumenta a conta a ser cobrada dos contribuintes. A de juros consumiu R\$ 869,3 bilhões em 12 meses até outubro e subirá mais. O resultado final é um déficit em um ano de R\$ 1,065 trilhão, também em alta. Cada 1 ponto percentual a mais na Selic acrescenta mais R\$ 50,3 bilhões na dívida bruta. O aperto monetário será maior para conter uma inflação cujas expectativas estão prestes a superar a meta também em 2025. É um preço caro demais, que poderia ser evitado sem muito sacrifício - por enquanto.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador#/edition/188056?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador#/edition/188056?page=1§ion=1)**

Frustração com fiscal abre nova janela para piora no mercado

Gabriel Roca, Gabriel Caldeira, Bruna Furlani e Arthur Cagliari De São Paulo

Se a expectativa da apresentação das medidas fiscais vinha funcionando como uma espécie de amortecedor para os ativos brasileiros em meio à piora dos mercados pares no exterior, a frustração com o seu anúncio abre uma nova janela para a continuidade da deterioração nos preços domésticos. Assim, na visão de profissionais consultados pelo Valor, níveis mais elevados para o dólar não estão descartados, bem como a necessidade de uma Selic ainda mais alta para conter os possíveis impactos nas expectativas e na inflação.

Para Drausio Giacomelli, estrategista-chefe para mercados emergentes do Deutsche Bank, a deterioração dos ativos brasileiros foi efeito das medidas que podem piorar o quadro fiscal brasileiro, quando somadas à ampliação da isenção do Imposto de Renda.

"Foi a confirmação de que não tem ajuste fiscal relevante no horizonte, com dívida próxima de 80% do **PIB** e déficit fiscal próximo de 10% do **PIB**, o que só se encontra em países em guerra", diz. Dos pouco mais de R\$ 70 bilhões que o Ministério da Fazenda estima economizar ao longo de 2025 e 2026, apenas cerca de R\$ 40 bilhões em contenção de despesas devem se efetivar, uma vez que a soma total depende do sucesso das medidas de "pente-fino" de programas sociais e da não desidratação no Congresso, argumenta Giacomelli.

A visão é similar à do chefe de investimentos da EQI Asset, Ricardo Cará Monteiro. Ele diz que, depois de todo o ano com as medidas do governo focadas principalmente em aumentar **impostos**, havia uma grande expectativa de que fosse divulgado um plano de ajuste no lado dos gastos. "Ao longo do ano, os investidores foram perdendo a paciência [por não ter um foco no fiscal], com o governo perdendo credibilidade, também diante de embates do presidente com o mercado, o que ajudou a elevar o prêmio", afirma. "Agora, quando finalmente havia chances de vir algo que pudesse endereçar o problema minimamente bem, o que veio foram mais isenções e mais taxaço. Por isso o mercado virou do jeito que virou", afirma. "Foi um balde de água gelada", diz.

Diante desse cenário, uma deterioração adicional dos mercados brasileiros não é descartada por Giacomelli, mesmo depois de os juros futuros se acomodarem ao redor de 14% e o dólar no patamar de R\$ 6. "Tem espaço para piorar muito ainda. Em momentos de crise, investidores olham para referências históricas. Com câmbio e dívida sem âncoras, perde-se a referência para a moeda e, portanto, para os juros", diz. "R\$ 6 está no lucro e a R\$ 6,5 não me surpreenderia." Segundo o sócio e gestor da Novus Capital, Luiz Eduardo Portella, o mercado esperava um sinal na direção de estabilização do crescimento da dívida, e o que acabou ficando claro é que o governo já está focado nas eleições de 2026. "O que vai estabilizar essa dinâmica de mercado é o preço e vamos ter um novo equilíbrio pior", afirma.

Na avaliação do gestor, o "piso" para o dólar acabou subindo novamente, então a assimetria fica na direção de uma continuidade na deterioração do câmbio local. "Antes, se acalmasse, o dólar poderia voltar para R\$ 5. Esse cenário foi caminhando lentamente, primeiro a R\$ 5,20, depois a R\$ 5,40. Agora fica difícil ver o dólar abaixo dos R\$ 5,80", diz Portella.

O CEO da Tenax Capital, Alexandre Silvério, prefere não colocar um limite para uma eventual deterioração do câmbio, mas diz que não se arrisca a fazer uma aposta favorável ao real agora, enquanto os sinais da política fiscal e da monetária não se alinham para garantir uma melhor visibilidade da dinâmica da dívida pública e não houver mudanças na perspectiva global de dólar mais forte.

A depreciação cambial, por sua vez, deverá mostrar seus efeitos na inflação e contribuir para juros mais elevados. "O Banco Central virou uma espécie de passageiro neste momento. Mas precisa continuar fume na comunicação, como o Gabriel Galípolo tem feito", diz Portella, da Novus.

A Novus mantinha algumas posições otimistas em juros e opções de bolsa prevendo que o anúncio do pacote fiscal poderia servir como um marco positivo para a trajetória dos ativos. "Mas, com a frustração, zeramos as posições. Estamos comprados na bolsa americana e com posições pequenas na venda de bolsa local e comprados em juros e em dólar", afirma.

Para Giacomelli, do Deutsche Bank, diante do novo cenário, o Banco Central precisará adotar um "tratamento de choque" para evitar a perda de controle da **inflação** e um risco maior à estabilidade financeira. Ele vê o Comitê de Política Monetária (Copom) entregando uma alta de 0,75 ou 1 ponto percentual da taxa Selic em sua reunião de dezembro. "Para mim, está mais para 1 ponto", diz.

"Temos que nos preparar para um aumento substancial da taxa de juros neutra e da **inflação**. Não está nada exagerado", avalia o profissional do Deutsche, referindo-se ao ciclo de alta de juros precificado na curva a termo, que coloca uma taxa Selic entre 14,5% e 15% no fim desse ciclo, no ano que vem.

Portella, da Novus, afirma que, à medida que a proposta de emenda constitucional (PEC) e o projeto de lei tramitam no Congresso, é possível que haja alguma reversão, o que ajudaria a sinalizar uma trajetória mais positiva à frente. "Mas o Congresso não vai fazer isso sem o governo liderar", diz.

Para reverter o forte movimento de deterioração visto nos ativos domésticos, Silvério, da Tenax, diz que será preciso que a equipe econômica retome o protagonismo do ajuste fiscal. "Cada vez mais temos a percepção de que o [ministro da Fazenda Fernando] Haddad vai perdendo força. Tanto a forma como o conteúdo do pacote mostram que houve uma preponderância da ala política sobre a ala econômica", diz.

Embora a questão fiscal continue a preocupar, ele pondera que a indicação de Nilton David para a diretoria de política monetária do Banco Central, na sexta-feira, foi lida como bastante positiva.

"O Nilton ajuda a manter essa expectativa de total independência do BC mais forte. É uma notícia muito auspiciosa. Ela não apaga o nosso principal desafio, que é o tema fiscal, mas elimina uma dúvida de que a política monetária poderia ser um pouco mais frouxa, a ponto de contribuir para uma piora da expectativa de **inflação**", pondera Silvério.

O executivo da Tenax Capital diz que a divulgação do pacote abriu uma oportunidade para aumentar posição em ações locais. Segundo Silvério, o motivo estaria ligado ao "valuation" atrativo do mercado acionário e ao cenário microeconômico melhor das companhias em termos de crescimento de lucro e resiliência dos negócios, com destaque para papéis do setor elétrico e de shoppings. "A bolsa está num nível de preço que não precisa inventar. Não estamos precisando comprar empresas alavancadas", resume.

Mesmo que a isenção do IR não seja aprovada, Cará Monteiro, da EQI Asset, diz não ver uma melhora na percepção de risco. "Acredito que o mercado ainda está muito mal amparado. A percepção é que o governo perdeu uma oportunidade de tentar reancorar [a credibilidade do arcabouço fiscal], e as chances de devolver parte dos prêmios, que já eram exagerados, caiu por terra", diz o diretor de investimentos.

A EQI Asset já vinha sem posição em real, reduziu sua exposição na bolsa brasileira a quase zero e a exposição em juros foi cortada para 20% do total, segundo o executivo. "Estamos sem apetite nenhum. Vamos ficar de fora, olhando. É a sensação que deve estar permeando todo mundo."

"Com câmbio e dívida sem âncoras, perde-se referência. [Dólar] R\$6 está no lucro e a R\$ 6,5 não surpreenderia" Drausio Giacomelli

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188056>

PIB cresce em 2024, mas começa a perder ritmo

» ROSANA HESSEL

Após dias tensos no mercado financeiro, com disparada do dólar e queda na Bolsa, a nova semana começa com a expectativa do resultado do Produto Interno Bruto (**PIB**) do terceiro trimestre de 2024, que será divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) amanhã, às 9h. Analistas ouvidos pelo Correio preveem uma taxa de crescimento da atividade econômica na margem (em relação ao trimestre anterior) variando entre 0,6% e 1%, o que, se comparado com o avanço de 1,4% entre abril e junho, na mesma base de comparação, deverá confirmar a tendência de desaceleração.

Especialistas reconhecem uma expectativa de alta mais acelerada dos juros daqui para frente. O consenso nesse sentido está se formando após a frustração do mercado com o pacote de gastos de R\$ 70 bilhões em dois anos anunciado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, juntamente com a perspectiva de renúncia fiscal com o aumento da faixa de isenção do Imposto de Renda para R\$ 5 mil.

Os cálculos dos analistas indicam que, além de ser insuficiente para equilibrar as contas, o impacto das propostas não deve atingir o valor previsto até 2026.

Não à toa, o dólar disparou e ultrapassou R\$ 6 pela primeira vez na história do Plano Real, piorando as perspectivas para a **inflação** para mais de 5% neste ano, o que vai exigir mais aperto da política monetária do Banco Central.

As projeções para a taxa básica de juros (Selic), atualmente em 11,25% anuais, estão subindo para algo entre 14% e 15% ao ano, para o fim do atual ciclo de aperto monetário.

A maioria das apostas para a próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) espera nova aceleração no ritmo de aumento da Selic, de 0,5 ponto para 0,75 ponto ou até mesmo 1,0 ponto percentual. A perspectiva de juros básicos mais elevados deve frear o avanço do **PIB** nos próximos trimestres, o que vem fazendo com que as projeções dos próximos anos fiquem abaixo de 2%, após expansão acima de 3% neste ano.

"É triste dizer que o **PIB** vai ter que desacelerar,

porque o Banco Central vai ter que acelerar a alta de juros. A política econômica do governo é estimulativa não devendo, portanto, reduzir os gastos, especialmente em 2026, que é um ano eleitoral", explica a economista Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre). A projeção atual do Ibre é de uma alta de 0,7% no **PIB** do terceiro trimestre, mas a especialista reconhece que o viés é de alta, e a taxa pode chegar a 1%.

O economista da XP Investimentos Rodolfo Margato reconhece que, apesar de a mediana das estimativas do mercado para o crescimento do **PIB** do terceiro trimestre estarem entre 0,8% e 0,9%, com as projeções variando entre 0,6% a 1,1%, uma surpresa ainda segue no radar dos » ROSANA HESSEL especialistas. "No segundo trimestre deste ano, a mediana das apostas do mercado estava entre 0,9% e 1%, e o **PIB** cresceu 1,4%. Não podemos descartar uma surpresa com o que temos observado. Dá para afirmar que o **PIB** vai ter um desempenho sólido na maioria dos componentes", explica.

Na avaliação de Silvia Matos, o **PIB** vai desacelerar. Apesar de as projeções de **inflação** caminharem para 5,1% neste ano, e continuarem acima do teto da meta de 4,5% no ano seguinte, a política monetária não deverá ser muito restritiva para que o Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) convirja para o centro da meta, de 3%, no próximo ano.

"Seria preciso que a Selic subisse para 15% ao ano. O custo disso é muito alto e pode afetar o crédito, que vem ajudando a estimular o consumo atualmente, e ainda vamos ter de ver como é que vai ficar o mercado externo, pois a **inflação** nos Estados Unidos vai continuar persistente", destaca. E, agora, se o dólar continuar acima de R\$ 6, o trabalho do Banco Central, que terá nova presidência e três novos diretores indicados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva a partir do ano que vem, será bem mais complicado. "A **inflação** de serviços vai precisar desacelerar no primeiro trimestre de 2025 para o BC manter os juros, mas não consigo ver queda da Selic no ano que vem", alerta.

Destaques A expectativa dos analistas é de um bom desempenho da indústria, devido ao aumento do consumo de bens duráveis nos últimos meses,

especialmente de veículos, e do setor de serviços, que deve continuar crescendo e é o que mais emprega e tem maior peso no **PIB**, de quase 70%. Eles lembram o avanço do mercado de crédito e da queda do desemprego, que recuou para 6,2% no trimestre encerrado em outubro - o menor patamar da série histórica do IBGE. Conforme dados do órgão, a indústria foi responsável pela contratação de 629 mil pessoas, o que equivale a quase 40% dos 1,580 milhão de trabalhadores a mais na população ocupada.

Pelas projeções de Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, o **PIB** do terceiro trimestre deverá registrar alta de 0,8%, na margem, com impulso maior por parte do consumo das famílias. "Isso é fruto do mercado de trabalho forte nos últimos meses. Mas, como o dado do terceiro trimestre vem sempre com revisões mais profundas dos trimestres anteriores, sempre pode haver surpresas", observa.

Agro O desempenho da agricultura, contudo, divide opiniões. Para o Ministério da Fazenda, por exemplo, que prevê avanço de 0,7% no **PIB** do trimestre, a expectativa é de 1,75% de queda na margem para o setor agropecuário.

Para Luis Otávio Leal, economista- chefe da G5 Partners, que também espera alta de 0,7% no **PIB** de julho a setembro, o agro deverá apresentar crescimento de 1,2%, na mesma base de comparação.

"O destaque vai ser a indústria de transformação que vai crescer mais de 1% na comparação trimestral", afirma.

Alex Agostini, economistachefe da Austin Rating, espera alta de 1% **PIB** de julho a setembro, em relação aos três meses anteriores, com indústria e serviços sendo os principais destaques, mas reconhece que o impacto do processo de alta dos juros será mais intenso a partir do quarto trimestre deste ano. "Claro que o efeito da alta de juros começou a ser sentido um pouco no terceiro trimestre, mas será muito mais concentrado daqui para a frente. Então, neste ano, revisamos a nossa projeção para 3%, com viés de alta", aponta.

"A parte de investimentos, também deverá continuar crescendo em ritmo mais forte, quase em dois dígitos em relação ao mesmo período do ano passado.

Mas boa parte por conta ainda da recuperação e crescimento do setor da construção civil, que estimulou o avanço dos investimentos em máquinas e equipamentos.

Porém, a perspectiva para o ano que vem começa a

mudar um pouco", frisa.

Segundo Margato, da XP Investimentos, um dos destaques no **PIB** do terceiro trimestre serão os investimentos, que devem seguir crescendo devido ao consumo das famílias por bens duráveis, com altas de 1%, na margem, e de 9%, na comparação anual. "O consumo aparente de bens de capital subiu nos últimos meses, fazendo os investimentos terem um desempenho acima do **PIB** neste ano, com aumento de 6,2% após uma queda de 3% em 2023", Pelas projeções da XP, o **PIB** deverá avançar 0,9% no trimestre encerrado em setembro, e, para o ano, a instituição revisou de 3,1% para 3,4%, acima das projeções do Ministério da Fazenda, de 3,3%.

O consumo das famílias, que vem se mantendo forte ao longo do ano, reflete os estímulos fiscais do governo e o aumento da renda dos trabalhadores devido ao mercado de trabalho mais aquecido e perto do pleno emprego - quando a taxa de desocupação fica abaixo de 5%. Pelas projeções da corretora, o consumo das famílias deverá avançar 6% neste ano, acima do **PIB**, e o consumo do governo também vai crescer acima do **PIB**, com alta de 4,5% neste ano. "Isso reflete em uma demanda interna aquecida que se reflete em outras variáveis, como a **inflação** que vai continuar pressionando os preços, de forma geral", explica o economista.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6704/01-12-2024.html?all=1>

"Não é hora de tomar risco, inclusive na renda fixa"

DANIEL ROCHA E-INVESTIDOR

ENTREVISTA: Carolina Borges, Graduada em engenharia, trabalha desde 2022 na área de pesquisas da EQI, da qual se tornou chefe em setembro deste ano

O pacote fiscal não agradou o mercado financeiro.

O Ibovespa, principal índice da Bolsa brasileira (B3), registrou dois dias consecutivos de perdas e o dólar subiu à marca histórica dos R\$ 6 na semana passada. Esses eventos refletem a percepção dos analistas de que as medidas fiscais, anunciadas pela equipe econômica, não serão suficientes para equacionar o problema da dívida pública. Assim, o risco fiscal tende a continuar pesando sobre a performance dos ativos financeiros nos próximos meses.

Diante desse quadro, Carolina Borges, chefe de análise da EQI Research, faz um alerta aos investidores: o momento não é propício para riscos desnecessários.

Ou seja, a composição do portfólio deve estar voltada para empresas que já entregam rentabilidade mesmo em cenários adversos.

"Não é interessante investir em ações (de empresas) que possuem um alto nível de alavancagem, porque o custo da dívida deve ficar ainda mais caro por bastante tempo", diz Carolina.

A recomendação também se aplica aos investimentos de renda fixa. Segundo ela, os títulos públicos, especialmente os pós-fixados e os indexados à **inflação**, devem ser priorizados na carteira de investimentos em detrimento dos ativos de crédito privado.

"Se você comprar uma debênture ou um Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRIs) de uma empresa com um balanço ruim, estará correndo um grande risco.

Não é o momento para isso", diz head da EQI Research.

A seguir, os principais trechos da entrevista.

O mercado recebeu mal o pacote de ajuste fiscal do

governo.

Qual a principal decepção dos investidores?

A primeira delas é o quanto esse pacote fiscal entrega. A equipe econômica estima uma economia de R\$ 70 bilhões nos próximos dois anos, mas as contas dos economistas apontam para uma redução de R\$ 40 bilhões a R\$ 50 bilhões dos gastos. O segundo ponto é a composição desses ajustes. Vimos pontos positivos, como a política do salário mínimo que prevê uma variação da **inflação** mais a variação do arcabouço fiscal e as mudanças do abono salarial. Essas foram mudanças estruturais. Mas, quando olhamos para o restante, as mudanças são pontuais e isso frustrou o mercado.

Como fica a imagem do ministro da Fazenda, Fernando Haddad?

Vejo que Haddad está perdendo a confiança do mercado. No início do governo, ele enfrentou uma resistência, mas foi se mostrando um perfil sério e ponderado.

Essa postura conquistou a confiança dos investidores.

Agora, vejo que essa percepção está caindo.

Os títulos do Tesouro Direto indexados à **inflação** ultrapassaram o prêmio de risco de 7%. Há chances do mercado se deparar com IPCA+ 7,5%, ou 8%?

A chance existe, porque há uma desancoragem da expectativa de **inflação**. Antes, tínhamos uma expectativa de aumento dos juros de 50 pontos percentuais na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom). Agora, temos uma projeção de alta de 0,75 pontos da Selic. O desempenho desses títulos é um reflexo dos juros futuros.

O mercado já está projetando um juro futuro para 2029 de 14,5%. Se realmente vier essa **inflação** causada por um dólar elevado e por estímulos do consumo, a Selic pode subir para patamares ainda mais elevados e pressionar também os prêmios do Tesouro IPCA+.

E o que se pode esperar da bolsa de valores em dezembro e nos primeiros meses de janeiro?

Dentro da cesta do Ibovespa, temos algumas empresas que possuem receitas atreladas ao dólar. Essas companhias devem apresentar um resultado operacional melhor porque vão ter um resultado em real e vão crescer mais por causa da depreciação da nossa moeda. Se a economia estivesse mais aquecida na China, o viés positivo seria ainda maior, mesmo com o cenário de risco fiscal.

Na outra ponta, temos as empresas endividadadas que têm custos em dólar. Essas ações devem ser mais penalizadas.

O que não se deve fazer diante da atual ambiente econômico?

O momento não é para tomar risco desnecessário. Não é interessante investir em empresas que têm um alto nível de alavancagem, porque o custo da dívida deve ficar mais caro por muito tempo. É o momento para aproveitar as companhias que já estão posicionadas e têm dominância de mercado.

Na última temporada de balanços, o Banco do Brasil e o Itaú tiveram resultados fortes, com crescimento de lucro e de receita. O mesmo vale para a renda fixa. Há oportunidades tanto nos títulos pósfixados quanto nos indexados ao IPCA. Mas comprar debênture ou Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) de empresa com balanço ruim, é um grande risco.

Não é hora para esse tipo de investimento.

"Se realmente vier essa **inflação** causada por um dólar elevado, a Selic pode subir para patamares ainda mais elevados"

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Déficit "real" de R\$ 64 bi em 2024

GERALDA DOCA geralda@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

Mesmo com a previsão oficial de fechar este ano com as contas públicas dentro da meta fiscal, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve entregar um rombo maior, estimado em R\$ 64,4 bilhões pelo próprio Executivo. Por decisões judiciais ou determinação legal, o governo tem tirado do cálculo da meta algumas despesas. No entanto, mesmo que isso seja autorizado por lei, esses gastos não escapam da dívida pública. O resultado é o aumento da previsão do endividamento do governo brasileiro mesmo com o pacote de cortes anunciado na semana passada, o que preocupa especialistas.

Neste ano e no próximo, a meta do governo é um resultado zero. Ou seja, receitas iguais às despesas. O arcabouço fiscal, porém, permite que se chegue a um resultado negativo de até 0,25% do Produto Interno Bruto, o equivalente hoje a R\$ 28,7 bilhões. Mas nos dois anos a conta no vermelho vai ser maior que essa.

Em 2024, isso vai acontecer principalmente devido aos chamados créditos extraordinários, editados para fazer frente a situações imprevisíveis e urgentes. As regras fiscais permitem que esse tipo de despesa seja computado fora da meta. Por isso, gastos para combater incêndios -decorrentes da seca - e para lidar com as chuvas no Rio Grande do Sul não serão contabilizados, embora engordem o déficit "real" das contas públicas.

Para o ano que vem, o resultado previsto pelo próprio governo é de um rombo de R\$ 40,2 bilhões. Dessa vez, o déficit será maior porque o governo vai pagar R\$ 44,1 bilhões em precatórios fora da meta com autorização do Supremo Tribunal Federal (STF). Precatórios são gastos decorrentes de decisões judiciais.

- Os abatimentos previstos na legislação têm ajudado o governo na tarefa de cumprir as metas fiscais, mas podem mascarar a situação das contas públicas. Independentemente desses abatimentos, a dívida pública pode subir mais -disse Alexandre de Andrade, economista da Instituição Fiscal Independente (IFI), ligada ao Senado.

Estimativas da IFI apontam a que a dívida pública deve atingir 84,1% do Produto Interno Bruto (**PIB**) no fim de 2026. Em dezembro de 2022, o percentual do

endividamento estava em 71,7%. Pulou para 78,6% do **PIB** em outubro deste ano. Com a piora do resultado das contas e o aumento da taxa de juros, o próprio governo já vê a dívida bruta em 81,6% a partir de 2026.

Segundo Andrade, é pouco provável que o governo consiga estabilizar a dívida em relação ao **PIB** em razão da dificuldade de realização de superávits primários nos próximos anos. Em 2024, destacou, houve o ingresso de quantias expressivas de arrecadação de Imposto de Renda sobre o estoque dos fundos exclusivos e das offshores (R\$ 22,8 bilhões), receita que não se repetirá nos próximos exercícios.

SINAL DE RISCO

O patamar de 80% do **PIB** de endividamento bruto é considerado um marco por especialistas porque é visto como alto para um país com as características do Brasil. Nas estatísticas do Banco Central, a única vez em que a dívida bruta ficou acima de 80% do **PIB** foi durante a pandemia de Covid-19.

Procurado o Ministério da Fazenda não quis comentar. O Ministério do Planejamento argumentou que do valor descontado da meta neste ano quase a sua totalidade re-fere-se a calamidades públicas (Rio Grande do Sul e seca) e 4% à decisão do Tribunal de Contas da União acerca do Judiciário. A pasta alega que a dispensa do alcance da meta fiscal era prevista.

"A dispensa do atingimento de resultados fiscais já era prevista na própria Lei de Responsabilidade Fiscal, e foi aprofundada pelo Congresso Nacional em 2020", afirma o ministério.

A situação é preocupante, mesmo com o pacote anunciado pelo governo na semana passada. Um dos objetivos do pacote, como repetiu o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, é fazer com que o governo consiga cumprir o arcabouço fiscal.

- O pacote não ajuda a reduzir a dívida. Zero chance porque não endereça qualquer vetor estrutural de aumento da despesa -disse o economista-chefe da A RX investimentos, Gabriel Leal.

Ele lembrou que há um avanço continuado de despesas que estão sendo deduzidas tanto do limite de gastos, quanto da meta de resultado primário, sobretudo no segundo mandato do presidente Lula e,

posteriormente, de Dilma Rousseff: -Nesse período, o excesso de deduções produziu uma piora e desancoragem das expectativas dos agentes econômicos sobre o quadro fiscal, contaminando a curva de juros e a taxa de câmbio. A origem do problema é fiscal e apenas uma resposta contundente é capaz de reverter a piora substancial que temos visto -disse Leal.

O pacote anunciado na semana passada inclui mudanças nos parâmetros de reajuste do salário mínimo, no abono salarial, pente-fino no Benefício de Prestação Continuada (BPC) e no Bolsa Família, idade mínima para aposentadoria dos militares, entre outras ações pontuais.

O aumento da isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) para quem ganha até R\$ 5.000 - uma das promessas de Lula quando era candidato à Presidência -foi anunciado de surpresa e foi mal recebido pelo mercado devido a dúvidas em relação a como essa perda de receita será compensada e por ter se misturado ao pacote de corte despesas. Para compensar a medida o governo anunciou um imposto mínimo de IR de 10% para quem recebe mais de R\$ 50 mil por mês. Esse cenário fez o dólar fechar a R\$ 6 na sexta-feira, renovando o valor recorde nominal pelo terceiro dia seguido.

BUSCA POR RECEITAS

O pesquisador e associado do Insper Marcos Mendes disse que o governo terá que continuar com a estratégia de buscar mais receitas para fechar as metas de resultado primário para cobrir despesas que continuarão com crescimento real. Ele explicou que o pacote visa mais uma mudança na composição dos gastos, abrindo espaço para aumentar despesas discricionárias, mediante redução de despesas obrigatórias. O gasto com Saúde e Educação vai continuar pressionando o Orçamento, exemplificou.

Ele destacou que o trabalho do Banco Central de combate à **inflação** fica mais difícil porque o índice de preços é pressionado pela alta do dólar, como também está acontecendo.

- A **inflação** desvaloriza parte da dívida pública, resolvendo o problema de endividamento excessivo, mas a economia entra em crise, empobrecendo os mais necessitados, que não conseguem se proteger da **inflação** e são mais sensíveis à recessão - destacou Mendes.

Arnaldo Lima, da Polo Capital afirma que o mais preocupante é a elevação do ciclo de alta de juros para ancorar as expectativas de **inflação**. Isso tende a arrefecer o crescimento econômico: - Por outro lado,

caso consigamos avançar com medidas estruturantes do lado da despesa, como a extensão da Reforma da Previdência da União para os entes subnacionais, poderemos voltar para um cenário de redução da taxa de juros real, incentivando o crescimento econômico e acelerando a captação de investimentos estrangeiros.

"Abatimentos previstos na legislação têm ajudado o governo na tarefa de cumprir as metas fiscais, mas podem mascarar a situação das contas públicas" Alexandre de Andrade, economista da Instituição Fiscal Independente

"O pacote não ajuda a reduzir a dívida. Zero chance porque não endereça qualquer vetor estrutural de aumentada despesa" Gabriel Leal, economista-chefe da ARX

Mudanças climáticas.

Rio Negro, no Amazonas, praticamente secou neste ano: despesas imprevisíveis e urgentes, como as feitas para combater incêndios, secas e enchentes, podem ficar fora da meta fiscal, mas engordam a dívida pública

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Aposta é que PIB do 3º tri terá desaceleração moderada

Anais Fernandes e Marta Watanabe De São Paulo

A atividade brasileira deve ter desacelerado apenas moderadamente no terceiro trimestre do ano, segundo economistas. A projeção para o Produto Interno Bruto (**PIB**) de julho a setembro é de alta de 0,8%, ante o segundo trimestre, quando subiu 1,4%. Essa é a mediana das projeções de 63 instituições financeiras e consultorias ouvidas pelo Valor. O intervalo das estimativas varia de 0,5% a 1,9%.

"Começamos prevendo terceiro trimestre ao redor de 0,5% e já éramos mais otimistas, porque o consenso estava perto de zero, com algumas previsões até negativas. E mesmo nós fomos surpreendidos e estamos, agora, vendo um crescimento que é o dobro do que esperávamos inicialmente", diz João Savignon, economista para Brasil da Kínitro Capital, que prevê alta de 1% do **PIB** no terceiro trimestre, ante o segundo. "A atividade não desacelerou na intensidade esperada", diz Helcio Takeda, economista e sócio da Pezco, que também estima alta de 1% no mesmo período.

Na comparação interanual, deve haver aceleração do **PIB** no terceiro trimestre, para 3,9%, ante 3,3% no segundo, pela mediana das projeções. Nesse caso, as previsões variam de 0,9% a 4,6%.

Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados, lembra que o IBGE costuma apresentar revisões importantes da série do **PIB** na divulgação do terceiro trimestre. "Mesmo assim, apesar da desaceleração na margem, deve ser um **PIB** interanual muito forte. Isso sinaliza que, no ano, será quase impossível ficar abaixo de 3%", afirma.

Para 2024, a expectativa mediana de crescimento do **PIB** é de 3,2%, com estimativas de 2,9% a 3,7%.

Do lado da oferta, o destaque, segundo os economistas, será a indústria, tirando um pouco o protagonismo do setor de serviços. A produção industrial deve subir 1,3% no terceiro trimestre, ante o segundo, de acordo com a mediana das projeções. "O crescimento da indústria se deu de forma mais disseminada, em todas as aberturas, na extrativa e, principalmente, na de transformação, com destaque para "Utilities" [produção de eletricidade, gás, água, esgoto e atividades de gestão de resíduos]", diz

Savignon. "A própria construção civil teve um crescimento bom no período", acrescenta.

A alta puxada pela indústria de transformação é uma boa notícia, segundo Luis Otávio Leal, economista-chefe da G5 Partners. "Em 2023, a indústria cresceu 1,6%, mas a composição foi muito ruim, com 8,7% de alta da indústria extrativa e queda de 1,3% da indústria de transformação", afirma. "Os dados mostram uma produção surpreendentemente forte, principalmente considerando que, desde o meio do ano, o aumento de juros no Brasil e a incerteza de então em relação à eleição presidencial nos Estados Unidos tenham jogado contra. Mesmo assim, a indústria de transformação se desempenhou bem e, talvez, seja uma boa surpresa do ano."

Serviços e agropecuária avançariam 0,6% e 0,7% nessa ordem, sempre pela mediana. "Estamos no rescaldo do que aconteceu nos outros trimestres. Ainda tem um rescaldo de commodities, e vimos o Centro-Oeste crescer com força em setembro. E tem todo o impulso fiscal desses últimos dois anos, de modo que vemos o impacto disso, por exemplo, no crescimento do Nordeste", diz Vale.

Do lado da demanda, os destaques são o consumo das famílias e a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), com altas esperadas de 1% e 1,3%, respectivamente, no terceiro trimestre, ante o segundo.

"O mercado de trabalho continua sendo um elemento extremamente positivo, mantendo o padrão de consumo elevado. As famílias não sentem ainda a alta de juros, que começou no terceiro trimestre, mas só deve fazer efeito no ano que vem", afirma Vale.

Os investimentos, comenta Savignon, vêm em trajetória de crescimento há alguns trimestres que chama a atenção apesar da política monetária bastante restritiva.

O consumo do governo, por sua vez, deve subir 0,6%, refletindo o perfil mais "ativista" da gestão atual, afirma Savignon.

Já o setor externo deve continuar dando uma contribuição líquida negativa para o **PIB**, porque as importações devem crescer acima das exportações -

1% e 0,7%, pela ordem.

Uma desaceleração mais expressiva do **PIB** deve ficar para o quarto trimestre. A mediana das projeções indica alta de 0,3% em relação ao terceiro trimestre.

"O quarto trimestre turbulento, com eleição americana e o cenário de maior volatilidade no Brasil por causa da questão fiscal, em tese, poderia levar a uma desaceleração do crescimento. Mas está em aberto, porque, pelo andar da carruagem, tem sinais também de que, talvez, esse **PIB** ainda se mantenha relativamente bem, ainda que desacelerando na margem e na comparação interanual", diz Vale.

Leal, da G5 Partners, projeta queda de 0,1 % para o **PIB** nos últimos três meses do ano, na variação trimestral. A estimativa, porém, tem viés de ser melhor, "porque este ano a Black Friday e o Natal devem ser muito bons e, mesmo que essas datas sejam consideradas no cálculo sazonal, podem contribuir para um desempenho melhor", afirma.

Leal diz acreditar, inclusive, que o que está gerando o resultado bom na indústria de transformação tem a ver com encomendas que foram feitas com base na expectativa de um fim de ano favorável às vendas. "E o que está sustentando mesmo esse consumo e girando a roda é a renda. A taxa de desemprego está no menor nível, o mercado de trabalho está com alta rotatividade porque as pessoas estão conseguindo melhores salários e há ainda o efeito do reajuste real do salário mínimo", afirma.

Para Savignon, da Kínitro, o crescimento do **PIB** na comparação interanual deve desacelerar pouco entre o terceiro e o quarto trimestre, de 4,2% para 3,7%. "Não é uma desaceleração muito expressiva. O Banco Central, provavelmente, vai ter de ajustar a projeção dele para o hiato", diz, em referência à medida para a ociosidade da economia. "A nossa projeção já está acima do que o BC está vendo", acrescenta Savignon.

Cristiano Oliveira, economista-chefe do Banco Pine, calcula que o hiato estará aberto em 1,4% no fim de 2024 (ou seja, sem ociosidade na economia). O "nowcasting" do banco, isto é, acompanhamento da atividade em tempo real, aponta para uma alta de 1,1% do **PIB** no terceiro trimestre de 2024, ante o segundo, e, provisoriamente, de 0,7% no quarto trimestre.

O efeito sobre a atividade da depreciação cambial mais intensa após a divulgação pelo governo do pacote de contenção de gastos depende do nível em que os preços dos ativos financeiros locais vão se estabilizar, diz Takeda, da Pezco. A percepção de que o câmbio depreciado vai se transformar em **inflação** e

assim, em juros maiores, tem efeito negativo para a atividade.

"Os orçamentos das empresas já foram, em parte, construídos em cima de um câmbio esperado próximo de R\$ 5,50 por dólar. Se estabilizar em R\$ 5,70, haverá mudança nessa expectativa, que deve ter efeito sobre o planejamento das companhias. Se o câmbio se estabilizar em R\$ 6, é uma mudança um pouco mais expressiva", diz.

Site:

<https://valor.globo.com/virador#/edition/188056?page=1§ion=1>

Nomes para o BC ajudam desanuviar cenário de ruptura

Toni Sciarretta, Gabriel Roca, Arthur Cagliari e Bruna Furlani De São Paulo

A indicação dos novos diretores do Banco Central (BC), após uma semana marcada pela frustração com o pacote fiscal, ajuda a desanuviar o cenário de ruptura, com o dólar em R\$ 6 e os juros de curto prazo apontando para uma Selic acima de 14% no próximo ano. Sem nomes considerados heterodoxos no grupo, a chegada de Nilton David, chefe de operação da tesouraria do Bradesco, com carreira internacional e bom trânsito entre os agentes do mercado financeiro, serviu para tirar incertezas que restavam em relação ao que deverá ser o novo Comitê de Política Monetária (Copom), agora totalmente indicado pelo governo Lula.

Considerado um "trader" (operador) de perfil técnico e sem viés político, David deve ocupar o posto de diretor de política monetária do BC no lugar do próprio Gabriel Galípolo, futuro presidente da autoridade monetária e que nos últimos dias tomou a dianteira para trazer assertividade, pelo lado do BC, diante do cenário de crise. Os demais - Izabela Corrêa e Gilneu Vivan - são servidores de carreira que costumam assumir as áreas de relacionamento e de regulação do BC como manda a tradição na casa.

"Era muito necessário ter alguém com conhecimento e pulso do mercado lá. Nilton tem tudo isso e é um ótimo nome. Deu uma boa tranquilidade tanto que o câmbio caiu com o anúncio", disse um antigo colega de banco estrangeiro que trabalhou com ele durante vários anos.

Os nomes foram divulgados minutos antes do encerramento do mercado de câmbio, mas chegaram a diminuir a alta do dólar, que terminou a R\$ 6,005 após baterem R\$ 6,1156 nas máximas do dia. Na bolsa, que já tinha melhorado após os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), reforçarem o compromisso com o ajuste fiscal, o Ibovespa acelerou a alta e terminou com ganhos de 0,85%.

"O Nilton ajuda a manter essa expectativa de total independência do BC mais forte. É uma notícia muito auspiciosa. Ela não apaga o nosso principal desafio que é o tema fiscal, mas elimina a dúvida de que a política monetária poderia ser mais frouxa a ponto de contribuir para uma piora da expectativa de inflação",

disse o CEO da Tenax Capital, Alexandre Silvério.

Na linha de frente do relacionamento com os agentes de mercado financeiro, vários diretores de política monetária tinham mais perfil de "trader" do que de acadêmico na área monetária. A indicação de David, oriundo do Bradesco, lembra a de Mario To-rós, vindo também da tesouraria, mas do Santander, em 2007, no segundo governo Lula. Roberto Campos Neto, que termina o mandato no final do ano, também veio da tesouraria do banco espanhol no Brasil.

Engenheiro de produção de formação pela Escola Politécnica da USP, David, hoje com 52 anos, sempre trabalhou no mercado financeiro, onde entrou há 30 anos. Depois de engenharia, estudou economia na Faculdade de Economia e Administração (FEA-USP), mas não chegou a concluir o curso. Foi monitor-assistente de estatística no Instituto de Matemática e Estatística da USP. David é também doador associado e participa da seleção dos projetos dos "Amigos da Poli", fundação que apoia iniciativas da Escola Politécnica.

Antes do Bradesco, foi diretor-gerente das mesas de negociação do Morgan Stanley para Brasil e México por quase três anos. Também passou pela gestora Canvas e pela área de câmbio e de negociação de opções do Citi em Nova York por dez anos. Começou como trainee do Banco SRL na área de otimização de informações do "backoffice" ainda em 1992. Depois foi para o antigo WestLB do Brasil, onde foi trader de ouro e derivativos de juros, e mais tarde, responsável por elaborar ferramentas de gestão de risco financeiro.

David é especialista na negociação de juros e câmbio internacional de moedas, área que tem mais anos de experiência. "Ele é bem técnico e conhece bastante sobre o mercado e política monetária. Vai tentar fazer o melhor para colaborar com a missão do BC, não tenho dúvida", disse um executivo que trabalha com ele, mas pediu para não ser identificado.

"Sem dúvida é técnico. Bom trader, sem viés político", disse outro profissional desse banco.

O economista-chefe da Reag Investimentos, Marcelo Fonseca, avalia Nilton David como um "ótimo nome" para a diretoria de política monetária. "Muito técnico, competente e íntegro. Difícil pensar em um nome

melhor", afirmou. Fonseca conta que estudou com David na FEA. Quando perguntado se o risco de transição estaria enterrado com a nomeação do novo diretor, Fonseca disse: "O risco está totalmente na política fiscal".

"Ele sabe muito de todos os mercados. No relativo, diria que entende mais de câmbio, porque fez isso por mais tempo. Mas ele é muito sênior em câmbio e juros", afirmou o economista-chefe de uma gestora importante local, em condição de anonimato.

Já a economista-chefe da Tenax Capital, Débora Nogueira, trabalhou com David na fundação da Canvas Capital, gestora que antes se chamava Península.

"O Nilton era o principal gestor depois do Sérgio Blatyta, que era diretor de investimentos [CIO]. Não consigo imaginar um nome melhor que o Nilton. Uma pessoa humilde, inteligente, técnico, correto. Conhece muito bem todos no mercado e têm muita experiência. É super respeitado em todos os ambientes. Pensando na composição da diretoria, é um nome muito complementar ao do Diogo Guillen", afirmou.

Nogueira disse que o indicado à cadeira atuará de forma independente. "Do lado da política monetária, é um ganho enorme."

"Nilton ajuda a manter essa expectativa de total independência do BC. É uma notícia muito auspiciosa", afirmou Alexandre Silvério.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188056>

Como montar uma carteira de investimentos?

Consultório financeiro - CONSULTÓRIO FINANCEIRO

Rafael Posser Martins é planejador financeiro pessoal e possui a certificação CFP (Certified Financial Planner), concedida pela Planejar - Associação Brasileira de Planejamento Financeiro E-mail: rafaposser@gmail.com

Quais são os primeiros passos para montar uma carteira de investimentos?

Pessoa tal, CFP, responde: A alocação de recursos - ou montagem de uma carteira de investimentos - é um dos principais pontos do planejamento financeiro e pode ser fator determinante para que ele seja bem-sucedido.

Assim que começa a investir, você também se sensibiliza sobre a importância de ir além da reserva financeira e entende que planejar a alocação dos seus recursos requer algo a mais, ou seja, buscar que os valores investidos tenham retornos diferentes para alcançar objetivos distintos.

Para distinguir o que pode funcionar para você, é essencial responderão questionário de análise de perfil de investidor ("suitability"). Ele apresentará um diagnóstico inicial em relação ao seu nível de tolerância ao risco.

Se você já tem recursos aplicados, veja como eles estão distribuídos. Pergunte-se, por exemplo: estão em apenas um ativo? Esses valores estão rendendo de acordo com algum indicador (inflação, GDI, Ibovespa etc)? Qual o valor necessário para algum imprevisto? O que eu não preciso usar nos próximos meses? O que estou reservando para a aposentadoria?

Ponderada a sua sensibilidade aos diversos níveis de oscilação dos investimentos e onde eles estão alocados atualmente, muitas dessas perguntas serão respondidas com a busca de ativos com níveis variados de segurança, liquidez e rentabilidade. Essa diversificação mostra-se muito relevante para a mitigação de riscos e a definição dos seus objetivos de curto, médio e longo prazo.

Logo, a primeira definição é a sua reserva de emergência. Seja disciplinado quando montar a sua,

pois ela é importante para lidar com os imprevistos e, mais do que isso, pode servir para evitar que você seja pego sem recursos disponíveis e precise de endividamento desnecessário. Por exemplo, investimentos em CDB com liquidez diária e Tesouro Selic podem fornecer um retorno adequado com a liquidez para atender uma demanda que não estava prevista.

Comece gradualmente e conforme o seu perfil de tolerância ao risco atual, que poderá se modificar. Isso tende a acontecer conforme você adquire mais experiência e conhecimento. Em seguida, você poderá ir além.

Para o perfil mais conservador, alocar em títulos de renda fixa com vencimentos mais elevados pode trazer um retorno maior, com uma certa previsibilidade. Para quem tem um perfil moderado, fundos de investimentos com diversas classes de ativos, como os multimercados; uma parte em moedas estrangeiras, para férias no exterior; ou até mesmo se tornar sócio de empresas de capital aberto, comprando ações. Aos mais arrojados, alocar a maioria dos recursos em ativos de renda variável, ETF de criptoativos ou ações no exterior pode trazer retornos acima da média.

Ao progredir, buscar informações de qualidade em instituições como CVM, B3, Anbima e Banco Central do Brasil é essencial. Além dessas, atualmente a Associação Brasileira de Planejamento Financeiro (Planejar) possui diversos cursos gratuitos que podem auxiliar você a investir melhor. Mesmo para profissionais de mercado, alocar recursos não é uma tarefa simples. Exige conhecimento e acompanhamento. Os profissionais com certificado CFP, por exemplo, podem apoiar você nessa jornada.

A melhor carteira é aquela que acompanha os seus objetivos. Você entende o que está acontecendo em um processo dinâmico e cíclico que se modifica no tempo e na maturidade do investidor, trazendo crescimento, melhoria da rentabilidade e mais tranquilidade financeira.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188056>